Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições

Thaís Cristina Innocentini
EESP/FGV

Orientador: Enlinson Mattos
EESP/FGV

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Innocentini, Thaís Cristina
Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições. / Thaís Cristina Innocentini - 2009. 57f.

Orientador: Enlinson Mattos.
Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Brasil – História – Capitanias hereditárias – 1534 -1762. 2. Renda – Distribuição -- Brasil. 3. Brasil – Municípios – Condições econômicos. 4. Terras – Distribuição -- Brasil. I. Mattos, Enlinson. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título..

CDU 330.564(81)

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador por todo incentivo, apoio, paciência, idéias e orientações. Agradeço aos meus familiares e amigos por toda ajuda e paciência. Agradeço enormemente ao meu namorado.
Agradecimentos especiais à Maúna Baldini e ao Rodrigo Andrade Tolentino.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar em que aspectos a desigualdade histórica de formação dos municípios brasileiros foi determinante para as suas condições atuais de desigualdade de terra e renda e sobre qualidade das instituições. Em particular, emprega-se área, latitude, longitude e a data de fundação das Capitanias Hereditárias como determinantes históricos para as instituições atuais dos municípios brasileiros. Considerando controles, tais como área proporcional da capitania, ano de fundação do município, distância de Portugal, tipo de solo, quantidade de chuva, altitude, temperatura média, e variáveis sócio-econômicas municipais, os resultados sugerem que a herança colonial deixada pelas Capitanias Hereditárias foi maior concentração de terras. O resultado é robusto à inclusão de variáveis que capturam o ciclo da cana-de-açúcar, do ouro e efeitos estaduais. Além disso, estima-se efeito ambíguo sobre instituições para os municípios do país.

Palavras-chave: Capitanias Hereditárias, instituições, desigualdades de terra e renda

Abstract

This paper aims at identifying the effects of historical inequality in the Brazilian municipalities formation on the actual conditions of land and income inequalities and on institutions quality. In particular, we use, latitude, longitude and the foundation date of Capitanias Hereditárias as historical determinants for the actual institutions of Brazilian municipalities. Controlling for area, foundation year, Portugal distance, soil types, average rain, temperature altitude, and socio-economical variables, the results suggest that the main colonial heritage left from Capitanias Hereditárias is large land concentration. This empirical evidence seems to be robust to the inclusion of variables that capture Brazilian sugar cane and gold ciles and State-fixed effects. Moreover, we find ambiguous effect on Brazilian institutions.

Keywords: Capitanias Hereditárias, institutions, income and land inequalities

SUMÁRIO

1. Introdução **9**
2. Capitanias Hereditárias e construção das variáveis históricas **13**
3. Dados **22**
3.1 Análise Descritiva da Amostra 25
4. Implementação empírica **26**
5. Resultados SUR **27**
5.1. INDICE_CH usando toda a amostra 27
5.2. INDICE_CH usando amostra reduzida (apenas quando CH=1) 34
5.3. INDICE_CHP usando toda a amostra 35
6. Robustez **37**
6.1. *Dummies* estados 37
6.2. População municipal 38
6.3. Área municipal 39
7. Conclusão **40**
8. Referências Bibliográficas **42**

LISTA DE TABELAS

Seção 5.1 - Tabela 1: Gini Terra **44**
Seção 5.1 - Tabela 2: Persistência Política **44**
Seção 5.1 - Tabela 3: Índice de Governança **45**
Seção 5.1 - Tabela 4: Acesso à Justiça **45**
Seção 5.1 - Tabela 5: Número Total de Empresas Públicas **46**
Seção 5.1 - Tabela 6: Número de Cartórios **46**
Seção 5.1 - Tabela 7: Número de Agências Bancárias Públicas **47**
Seção 5.1 - Tabela 8: Gini Renda **47**
Seção 5.1 - Tabela 9: PIB **48**
Seção 5.1 - Tabela 10: Gastos **48**
Seção 5.2 - Tabela 11: Gini Terra **49**
Seção 5.2 - Tabela 12: Persistência Política **49**
Seção 5.2 - Tabela 13: Índice de Governança **50**

Seção 5.2 - Tabela 14: Acesso à Justiça **50**
Seção 5.2 - Tabela 15: Número Total de Empresas Públicas **51**
Seção 5.2 – Tabela 16: Número de Cartórios **51**
Seção 5.2 - Tabela 17: Número de Agências Bancárias Públicas **52**
Seção 5.2 - Tabela 18: Gini Renda **52**
Seção 5.2 - Tabela 19: PIB **53**
Seção 5.2 - Tabela 20: Gastos **53**
Seção 5.3 - Tabela 21: Gini Terra **53**
Seção 5.3 - Tabela 22: Persistência Política **53**
Seção 5.3 - Tabela 23: Índice de Governança **53**
Seção 5.3 - Tabela 24: Acesso à Justiça **53**
Seção 5.3 - Tabela 25: Número Total de Empresas Públicas **54**
Seção 5.3 – Tabela 26: Número de Cartórios **54**
Seção 5.3 - Tabela 27: Número de Agências Bancárias Públicas **54**
Seção 5.3 - Tabela 28: Gini Renda **54**
Seção 5.3 - Tabela 29: PIB **54**
Seção 5.3 - Tabela 30: Gastos **54**
Seção 6.1 - Tabela 31: Gini Terra **55**
Seção 6.1 - Tabela 32: Persistência Política **55**
Seção 6.1 - Tabela 33: Índice de Governança **55**
Seção 6.1 - Tabela 34: Acesso à Justiça **55**
Seção 6.1 - Tabela 35: Número Total de Empresas Públicas **55**
Seção 6.1 – Tabela 36: Número de Cartórios **55**
Seção 6.1 - Tabela 37: Número de Agências Bancárias Públicas **55**
Seção 6.1 - Tabela 38: Gini Renda **55**
Seção 6.1 - Tabela 39: PIB **55**
Seção 6.1 - Tabela 40: Gastos **55**
Seção 6.2 - Tabela 41: Gini Terra **56**
Seção 6.2 - Tabela 42: Persistência Política **56**
Seção 6.2 - Tabela 43: Índice de Governança **56**
Seção 6.2 - Tabela 44: Acesso à Justiça **56**
Seção 6.2 - Tabela 45: Número Total de Empresas Públicas **56**
Seção 6.2 – Tabela 46: Número de Cartórios **56**
Seção 6.2 - Tabela 47: Número de Agências Bancárias Públicas **56**

Seção 6.2 - Tabela 48: Gini Renda **56**
Seção 6.2 - Tabela 49: PIB **56**
Seção 6.2 - Tabela 50: Gastos **56**
Seção 6.3 - Tabela 51: Gini Terra **57**
Seção 6.3 - Tabela 52: Persistência Política **57**
Seção 6.3 - Tabela 53: Índice de Governança **57**
Seção 6.3 - Tabela 54: Acesso à Justiça **57**
Seção 6.3 - Tabela 55: Número Total de Empresas Públicas **57**
Seção 6.3 – Tabela 56: Número de Cartórios **57**
Seção 6.3 - Tabela 57: Número de Agências Bancárias Públicas **57**
Seção 6.3 - Tabela 58: Gini Renda **57**
Seção 6.3 - Tabela 59: PIB **57**
Seção 6.3 - Tabela 60: Gastos **57**

1. Introdução

Este trabalho analisa a importância dos fatores da colonização como determinantes dos diferenciais de desenvolvimento entre os municípios brasileiros. Temos como hipótese que, além das variáveis normalmente utilizadas na literatura para explicar este fato, a decisão de divisão da costa brasileira em Capitanias Hereditárias, e a forma como esta ocorreu, teve importância fundamental na formação das áreas atuais dos municípios. E isto, como conseqüência, teria propiciado melhores ou piores condições de desenvolvimento populacional, de concentração de terras, e mesmo da qualidade das instituições municipais.

O artigo de Acemoglu et al (2001a) argumenta que diferentes tipos de colonização, juntamente com outros fatores, explicam diferenças nas instituições atuais. Parte de três premissas principais como base ao argumento: a decisão pelo tipo de colonização (de povoamento – que encorajavam investimentos na própria colônia – ou de extração – que transferia todas as riquezas da colônia para a metrópole); a estratégia de escolha do tipo de colonização (as regiões em que os europeus se deparavam com altas taxas de mortalidade eram escolhidas como colônias extrativas); e, por fim, sustentam que as instituições formadas no passado afetaram as atuais e que suas características estão presentes até hoje. Estas três premissas que sustentam o argumento de que o tipo de colonização afetou as instituições atuais, seriam responsáveis, portanto, de forma indireta, pelos ganhos presentes de renda per capita.

Acemoglu et al (2002) comentam a relação existente entre políticas macroeconômicas ruins e a qualidade fraca das instituições presentes nos países. Os autores argumentam que as colônias européias que foram usadas apenas para extração (por possuírem altas taxas de mortalidade quando os colonizadores europeus tiravam a primeira impressão e decidiam se seria uma colônia de extração ou povoamento) estão mais propensas a maiores volatilidades e crises econômicas no período pós-guerra. Tal conclusão está baseada no trabalho anterior, em que comprovam a relação direta que as instituições causam na renda per capita. Comprovam ainda que além da necessidade da implantação de políticas macroeconômicas serem sintomas da existência de problemas institucionais mais do que de fatores de volatilidade econômicos, os efeitos das deficiências das instituições na volatilidade não podem ser resolvidos, num primeiro momento, por qualquer uma das variáveis macroeconômicas básicas. Concluem, portanto, que as instituições de qualidades ruins são as verdadeiras e mais forte fatores da volatilidade dos mercados econômicos de um país.

O artigo de Acemoglu et al (2004) possui conclusões semelhantes em relação à outras colonizações. Este trabalho evidencia quais características específicas das regiões com que os colonizadores se deparavam determinavam, conscientemente, o tipo de instituição a ser implantada seguindo seus próprios interesses. E estas instituições persistiram e definem até hoje o desenvolvimento econômico dos países. Argumentam que os europeus iniciavam ou mantinham instituições econômicas em áreas onde podiam beneficiar-se da extração de metais preciosos, commodities agrícolas (como açúcar), mas, mais importante que todos os anteriores, dependendo do número de pessoas e do desenvolvimento apresentado pelos residentes. Regiões com densa população indígena não eram compatíveis com o interesse de desenvolver boas instituições (que zelassem por direitos econômicos e sociais) já que aos europeus interessava explorar essa população, seja na forma de taxas, tributo, escravismo, etc. Conseqüentemente, em colônias com civilizações desenvolvidas e numerosas os europeus não tinham interesse em desenvolver boas instituições, para poder explorar e se aproveitar dessa população. Assim, em lugares em que havia quase nada para explorar e onde a pequena população residente fosse formada em sua maioria por europeus, havia o interesse de desenvolver boas instituições econômicas para proteger seus direitos de propriedade.

Seguindo Acemoglu et al (2004), Lange et al (2006) utilizam as evidências históricas da colonização espanhola e inglesa para argumentar que diferentes modelos econômicos de colonização afetaram de maneira distinta a riqueza dos países colonizados. Defendem que os espanhóis tendiam a colonizar áreas com grande extensão de terras, muito populosas, e altamente desenvolvidas, concluindo que isso teria trazido conseqüências negativas ao desenvolvimento pós-colonial de ditas regiões. Os ingleses, segundo os autores, tenderam a colonizar terras menos povoadas e subdesenvolvidas, e, relativamente à colonização espanhola, suas colônias obtiveram resultados mais positivos.

Já o artigo sobre Botswana de Acemoglu et al (2001b) ressalta como fatores históricos da época da colonização específica do país africano ajudaram a determinar melhores instituições a esse país no período recente e, com isso, este pode desenvolver-se como nenhum outro no mundo. Botswana apresentou a maior taxa mundial de crescimento do PIB nos últimos 35 anos. Além de fatores pós colonização que influenciaram tal desenvolvimento, os autores ressaltam que porque Botswana possuía instituições relativamente inclusivas no período pré-colonial, e dado que o efeito da colonização britânica foi mínimo e que não destruiu as instituições presentes, o país manteve boas instituições e, assim, chegou a tais níveis de crescimentos no passado recente.

A literatura sobre tal tema é bastante extensa. Os trabalhos de Banerjee et al (2005), Bertocchi et al (2002) e o de Bernhard (2004) são apenas mais três exemplos interessantes de estudos, com conclusões semelhantes às anteriores, aplicados, respectivamente, à Índia, África e a algumas colônias espanholas e inglesas.

Nosso trabalho busca inovar em relação aos realizados para o Brasil como Menezes-Filho et al (2006) e Naritomi et al (2007), pois usamos dados sobre as Capitanias Hereditárias como determinantes históricos da colonização dos municípios e estimamos o efeito sobre diferentes variáveis institucionais.

Por exemplo, o trabalho de Menezes-Filho et al (2006) utiliza a qualidade das instituições e elementos históricos para determinar as diferenças de PIB per capita entre os estados brasileiros. As variáveis independentes utilizadas para medir as instituições do passado são escravidão, alfabetização, acesso ao voto e a imigração estrangeira. O grau de *enforcement* das leis trabalhistas representou as instituições atuais. Os resultados não encontraram relação da escravidão com as instituições atuais, porém a relação da escolaridade da população no passado e da porcentagem de eleitores apresentou sinal positivo e significativo com a qualidade das instituições atuais. A imigração mostrou-se importante na determinação da trajetória de crescimento dos estados brasileiros. A latitude das capitais dos estados também se revelou relevante para explicar as diferenças nas instituições atuais. Apesar do número reduzido de observações, as correlações e a regressão estimada mostraram-se consistentes com as hipóteses do modelo.

Já o trabalho de Naritomi et al (2007) analisa o impacto que o tipo de colonização sofrida pelos municípios (do ciclo de cana-de-açúcar ou do ciclo de ouro) teve sobre as instituições atuais. Os resultados mostraram que os municípios que tiveram o ciclo da cana-de-açúcar como forma de colonização hoje apresentam maiores desigualdades de terra. E os que tiveram a origem da colonização ligada ao ciclo do ouro caracterizam-se por práticas governamentais piores e menos acesso à justiça. Usando estas variáveis, sobre os aspectos da colonização, como instrumentos para as instituições atuais, concluem que o governo local e o acesso à justiça são significativamente relacionados ao desenvolvimento de longo prazo dos municípios brasileiros.

A hipótese principal deste trabalho é que a colonização do Brasil a partir de Capitanias Hereditárias (CH) é o principal fator determinante da estrutura institucional observada hoje. Queremos estimar se este sistema foi o ponto de partida para a colonização do local, já que lançou os primeiros fundamentos da estrutura do mercado local e de suas instituições e que, com isso, podem apresentar características persistentes até os dias de hoje.

Com isto, pretende-se apontar ainda que o ciclo de cana-de-açúcar possa estar relacionado à desigualdade de terra atual dos municípios indiretamente, ou seja, a desigualdade de terras gerada como conseqüência do sistema de colonização das CH's é que teria influenciado a decisão de colonização pelo ciclo da cana-de-açúcar em áreas que já apresentavam características de "grandes propriedades".

"O sistema de capitanias cumpriu os objetivos ao preservar a posse da terra para Portugal, lançando os fundamentos da colonização, com base no tripé constituído pela grande propriedade rural, pela monocultura de um produto de larga aceitação na Europa e pelo trabalho escravo."[1] Também vale ressaltar que "os limites das capitanias sofreram modificações, mas determinaram os contornos gerais das províncias do Império que se limitavam com o Atlântico; estas, por sua vez, deram origem aos Estados litorâneos do Brasil atual".[2]

Dessa maneira este trabalho busca incluir esta variável (pertencer ou não a uma capitania hereditária) e identificar os possíveis canais de transmissão desta estrutura de terras sobre a desigualdade de terra e renda observada hoje e sobre outras variáveis institucionais.

Em particular, espera-se que municípios criados na época da colonização, mais especificamente, fundados próximos à data de criação das capitanias hereditárias, possuam até hoje características intrínsecas a esse período. Isto pode ocorrer por maiores desigualdades de renda verificadas hoje, por maiores níveis de especialização na atividade produtiva, ou por diferenças na concentração do poder político e no acesso à justiça. Estes refletiriam de forma geral e direta no desenvolvimento das instituições municipais e nas variações do PIB bem como dos gastos públicos.

Mais relacionado à área de políticas públicas e distribuição de renda, o artigo de Meltzer e Richard (1981) é referência da literatura porque relaciona desigualdade de renda e redistribuição dos gastos públicos. Os autores defendem que o crescimento do tamanho do governo federal Americano durante a 2ª Guerra Mundial estaria ligado à expansão do acesso ao voto. Notou-se que a população que passou a usufruir deste direito tinha uma renda média menor que os já votantes antes da guerra. Os autores argumentam que o benefício que a população mais pobre ganha com a redistribuição de transferências é maior que os custos de taxação com que arca para financiar esta redistribuição. Easterly e Rebelo (1993) encontraram uma correlação positiva significante entre variáveis de gastos e desigualdade (medida pelo Índice de Gini e por outras várias medidas de renda) no período de 1970 a 1988. Usando uma

[1] Fonte: wikipedia.org, 26/06/2009.
[2] Fonte: www.brasilescola.com. 26/06/2009.

amostra de 63 países no período 1970-1990, Figini (1998) encontrou relação não linear significativa. Como medidas para a variável dependente usou taxação de impostos, rendimento total e gastos totais, e como medida de desigualdade usou o Índice de Gini de 1970. Para uma amostra de 45 países, no período de 1970 a 1988, Tanninen (1999) estabelece uma correlação inconsistente e muitas vezes não significativa entre as variáveis de gasto e o coeficiente de Gini ajustado para a década de 1970. Basset, Burkett e Putterman (1999) encontraram uma correlação negativa entre desigualdade, seguridade social, e gastos com bem-estar quando a desigualdade é medida por parte da renda do terceiro quintil como *proxy* para o eleitor mediano. Quando a desigualdade é medida pela renda dos eleitores que estão entre os 5% mais ricos a correlação encontrada é positiva. A amostra do artigo contém 54 países, e foi feita para o período 1970-1985.

Evidências de estudos feitos com dados em painel também são ambíguas. Lindert (1996) analisou 14 países da OCDE durante o período 1962-1981, e concluiu que as variáveis de gastos são negativamente correlacionadas com o índice de desigualdade de renda, apesar de o coeficiente ser muitas vezes estatisticamente não significante. Já no artigo de Milanovic (2000) é encontrada uma correlação positiva e significante entre as variáveis de redistribuição e desigualdade para 24 países (sendo a maioria deles pertencentes à OCDE) durante os anos 1967-1997.

Por fim, apesar do foco principal desse trabalho residir sobre as variáveis institucionais dos municípios, este artigo considera também dados econômico-sociais dos municípios disponíveis para mostrar resultados relacionados às variáveis econômicas e fiscais. Vamos um pouco além da literatura na história da colonização do Brasil. Nosso objetivo é encontrar resultados que corrobore nossa hipótese principal, qual seja, a de que o modo como foi decidido dividir o Brasil, em Capitanias, e o ano de fundação das mesmas, tenham relevância para determinar a desigualdade de terra e renda e variáveis institucionais dos municípios atuais. Juntamente com o tipo de solo, quantidade de chuva, distância de Portugal, altitude e temperatura média, estas variáveis explicariam o diferencial na qualidade das instituições nos municípios do Brasil. A próxima seção apresenta os argumentos que embasam a hipótese principal deste trabalho.

2. Capitanias Hereditárias e construção das variáveis históricas

Há bastante controvérsia dos historiadores a respeito do real motivo que deu início à colonização do Brasil. Nesta seção focaremos tanto nas principais características e aspectos

históricos do sistema de colonização de Capitanias Hereditárias no Brasil quanto nos fatores históricos que influenciaram a decisão por esse tipo de colonização, para, com isso, entender melhor as causas e os aspectos fundiários e institucionais do passado, e que possuem características persistentes até os dias de hoje nos municípios.

Bueno (2006) aponta que muitos pontos importantes da história do período de colonização não foram bem detalhados. O autor defende que havia não somente interesse econômico, mas também político, da Coroa portuguesa em relação ao Brasil naquele momento. E a história que definiu o futuro do nosso país foi influenciada também por alguns interesses pessoais e até por intrigas familiares presentes na Coroa Portuguesa no século XVI.

Vale dizer que o principal objetivo do financiamento inicial da expedição das embarcações mandadas para o Brasil pelo rei D. João III era que Martim Afonso de Sousa descobrisse a misteriosa Serra da Prata. Foi em 1515 quando chegou à Europa a notícia de que a expedição de João de Lisboa havia encontrado, em algum lugar pelo mar da Prata, em montanhas nevadas, um reino indígena muito rico e cheio de metais preciosos. Apesar de João de Lisboa não ter conseguido voltar a Portugal para contar a história (foi morto no estuário do rio por indígenas), os metais preciosos chegaram a Portugal, ainda que alguns anos mais tarde, e validaram a realidade da lenda.

O fato de que os portugueses seguiam encontrando diversos navios franceses com pau-brasil, e até ocupando áreas que de acordo com o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal, ajudou a pressionar D. João na sua decisão por dividir o Brasil em CH's e começar a povoá-lo para acabar com o risco de perder as terras para a França. Este se tornou, assim, outro objetivo da expedição. Nesse momento detalharemos essa decisão e os impactos iniciais da divisão do Brasil em CH's. Essa herança determinou a história do desenvolvimento e queremos testar se explica algumas características atuais dos municípios brasileiros.

D. Ataíde teve importante influência sobre a nomeação de Martim Afonso de Sousa como líder da expedição. Segundo Eduardo Bueno "há indícios de que a expedição fora planejada por insistência dele próprio (D. Ataíde). Embora seu papel tenha sido esquecido pelos historiadores e seu nome raramente seja mencionado nos livros de história do Brasil, D. Antonio de Ataíde, primo-irmão de Martim Afonso, era o principal assessor de D. João III, e começava a se tornar naquele momento uma figura chave para os destinos da colônia. Até 1963, ano da sua morte, nada se faria no Brasil sem seu apoio e consentimento"[3]. E conforme

[3] Bueno (2006), página 24.

cita Eduardo Bueno o motivo real de Ataíde ter indicado o nome de Martim Afonso não parece ter sido o de beneficiar o seu primo, mas sim afastá-lo do convívio com o rei.

Seguindo ainda o autor, os dois primos cresceram com o rei D. João e exerciam forte influência sobre o mesmo. Inclusive o pai de D João, D. Manuel, achava ruim a influência que os dois tinham, desde bastante jovens, sobre o futuro rei e, por isso, os dois foram afastados por aquele do seu convívio. Porém, com a morte brusca de D. Manuel, D. João assumiu a coroa, aos 19 anos. D. Ataíde voltou então ao convívio com o rei, em março de 1523, e D. João o fez conde de Castanheira. Martim Afonso de Sousa ficou enciumado com o crescente poder obtido por seu primo. Em seguida fez parte do séquito que conduziu D. Leonor, a rainha-viúva, de volta a Castela e durante a viagem conheceu a dama de companhia (D. Ana Pimentel) da futura rainha D. Catarina, e casou-se com aquela. Um mês após o casamento em Castela, foi convocado para tomar parte na luta contra os franceses (Carlos V e Francisco I estavam em guerra desde 1521). Enquanto Martim Afonso se destacava na batalha, Ataíde ia se aproximando ainda mais do rei D. João III, e tornava-se um dos seus principais assessores. Em 1929 o monarca o fez ministro das finanças.

Com o retorno de Martim Afonso ao convívio do rei, por convite do próprio D. João III, Ataíde, segundo Bueno (2006), para não perder seu posto de confiança, indicou Martim Afonso para liderar a caravana a ser enviada para o Brasil. Além de ser uma missão perigosa, ela manteria seu potencial rival afastado da corte por pelo menos três anos. E pela importância da expedição havia também a desculpa da necessidade de enviar um chefe totalmente confiável por parte do rei. "Os poderes concentrados nas mãos de Martim Afonso tem levado vários historiadores a afirmar que sua expedição foi enviada com a missão de dar início à efetiva colonização do Brasil. Mas todos os atos que o comandante executou ao longo dos três anos em que permaneceu na América do Sul demonstram que seu projeto primordial era tentar a conquista da Serra da Prata"[4]. A expedição partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro de 1530. Os objetivos da frota não se restringiam a combater os franceses, fundar fortalezas e explorar o Rio da Prata, havia um quarto propósito – Martim Afonso deveria enviar também uma missão de reconhecimento ao imenso e misterioso rio que os espanhóis haviam descoberto em 1500 no norte do Brasil, o rio Amazonas. Não cabe entrar minuciosamente no detalhe disso neste trabalho, mas vale dizer que tal interesse provinha da tese de que o Brasil era uma ilha, e que entrando pelo rio amazonas se chegaria ao Rio da Prata.

[4] Bueno (2006), página 31.

Em março de 1534 o Rei de Portugal, Dom João III, dividiu a costa do país em Capitanias Hereditárias. Eram quinze lotes que formavam doze capitanias, que iam da Ilha de Marajó, a norte, até o sul do Estado de Santa Catarina. Foram definidas como faixas lineares de terra, que ignoravam os acidentes geográficos, e iam do litoral da costa do Brasil até o Tratado de Tordesilhas. Portanto, inicialmente apenas 20% da América do Sul pertenciam a Portugal por este Tratado, que determinava como espanholas as terras situadas além de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (sendo uma légua o equivalente a 5,9 km). A linha do Tratado de Tordesilhas coincide com o meridiano a 46º 37' longitude oeste, o qual passa pela atual cidade de São Paulo. Cada Capitania tinha mais ou menos uns 300 km de largura na costa, mas os dados divergem em relação à exatidão da extensão de cada Capitania, e algumas delas eram maiores que outras. Registros indicam que quando se deu, mais tarde, a busca por minérios e intensificaram-se os movimentos exploratórios ao interior do país, os limites do Tratado não foram respeitados, a preocupação maior era iniciar o ciclo da mineração no Brasil. Também não havia exatidão na demarcação da linha do Tratado de Tordesilhas porque na época, devido aos escassos instrumentos disponíveis, era medido grosseiramente e "movia-se" conforme interesses.

A condição imposta pela coroa de Portugal era de que o donatário apenas receberia o lote de terra se ele mesmo arcasse como os gastos da colonização. Muitos dos importantes nobres portugueses não se interessaram na oferta por motivos óbvios: a única riqueza existente realmente comprovada nessas extensas terras era o Pau-Brasil, produto este reservado à exploração da coroa. "Aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. O regime de capitania hereditárias, desse modo, transferia para a iniciativa particular a tarefa de colonizar o Brasil."[5]

As doze capitanias foram distribuídas a capitães-donatários que eram da pequena nobreza, sendo que quatro deles nunca vieram ao Brasil tomar posse de suas terras. As primeiras divisões dos lotes de terras doadas foram (de norte a sul) denominadas:

- Capitania de João de Barros e Aires da Cunha, Primeiro Quinhão – **Maranhão**
- Capitania de Fernão Álvares de Andrade - **Maranhão**
- Capitania de António Cardoso de Barros - **Ceará**
- Capitania de João de Barros e Aires da Cunha, Segundo Quinhão - **Rio Grande**
- Capitania de Pero Lopes de Souza, Terceiro Quinhão - **Itamaracá**

[5] Fonte: www.redescobrindoobrasil.hpg.ig.com.br, 26/06/2009.

- Capitania de Duarte Coelho - **Pernambuco**
- Capitania de Francisco Pereira Coutinho - **Bahia**
- Capitania de Jorge Figueiredo Correa - **Ilhéus**
- Capitania de Pero do Campo Tourinho - **Porto Seguro**
- Capitania de Vasco Fernandes Coutinho - **Espírito Santo**
- Capitania de Pero de Goés - **São Tomé**
- Capitania de Martim Afonso de Sousa, Segundo Quinhão - **Rio de Janeiro**
- Capitania de Pero Lopes de Souza, Primeiro Quinhão - **Santo Amaro**
- Capitania de Martim Afonso de Sousa, Primeiro Quinhão - **São Vicente**
- Capitania de Pero Lopes de Souza, Segundo Quinhão - **Santana**

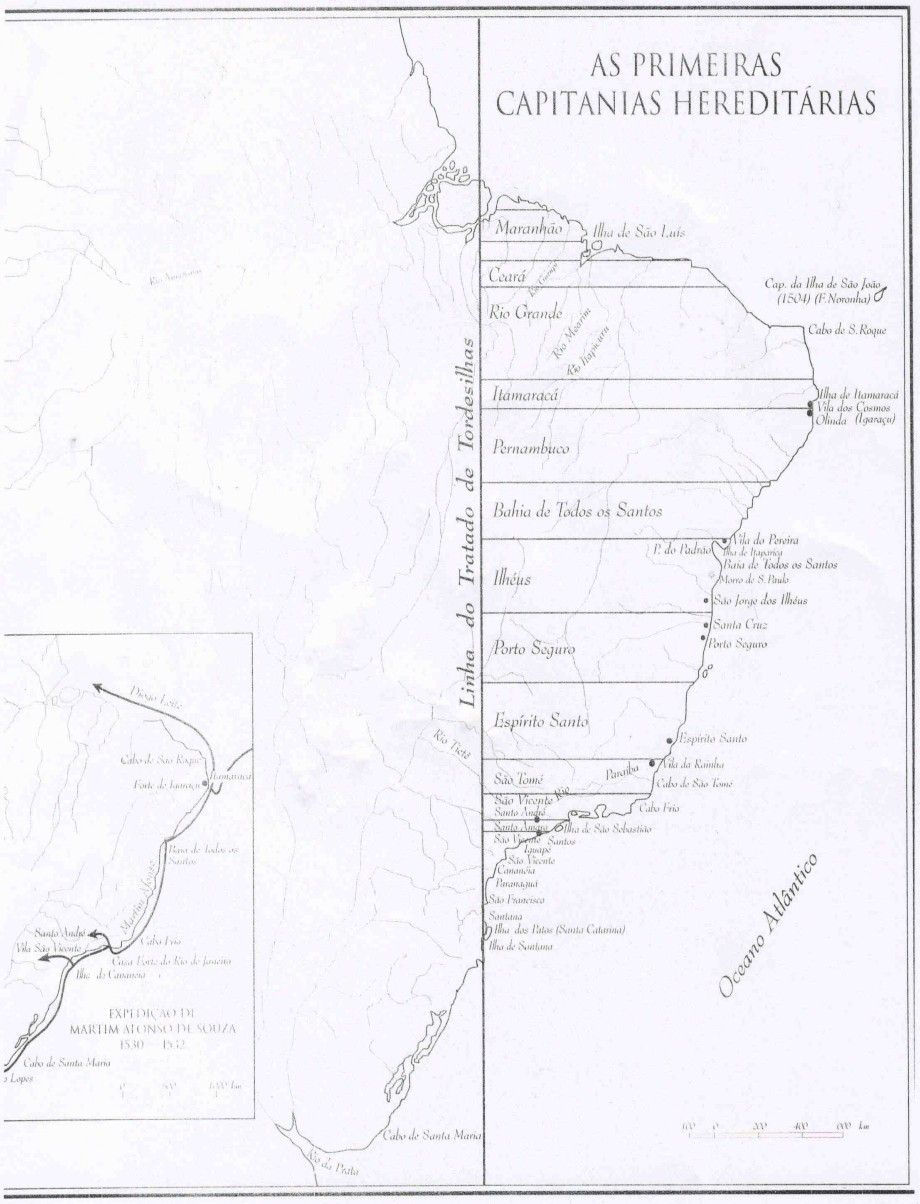

ILUSTRAÇÃO 7

Fonte: O Exército na História do Brasil Colônia - Mapas, Esquemas e Esboços. Volume 4, Mapa das Capitanias – Ilustração 2.

As Capitanias de Pernambuco e São Vicente foram umas das poucas capitanias que se desenvolveram no início. São Vicente nem contou com a presença de Martim Afonso de Sousa, seu donatário, que tinha interesses mais importantes em mente (já mencionados acima). Mas esta se desenvolveu inicialmente pelo tráfico de escravos indígenas por homens que estavam abandonados na região e não tinham outro modo nem atividade para tirar o próprio sustento.

A captura dos indígenas gerou conflitos entre os brancos e os nativos e foi esse o principal motivo de 6 das 8 capitanias que ocuparam os portugueses não terem se desenvolvido mais rapidamente. Quando da plantação e da instalação dos engenhos da lavoura canavieira pelos portugueses o trabalho organizado apareceu, e a escravidão dos indígenas provocou a sua própria insurreição. É necessário dizer que a revolta dos indígenas foi ajudada em grande parte pelos franceses, que seguiam desrespeitando os acordos diplomáticos feitos com a coroa de Portugal, e que continuavam traficando o pau-brasil. Por conta das constantes invasões francesas, das desordens internas, e das lutas contra os nativos, o inicial Sistema de Capitanias Hereditárias mostrou-se "insustentável". Em 1549 foi nomeado um governador geral para as Capitanias, agora não mais independentes, e foram nomeados em mandato capitães-mores para cada uma das Capitanias que tinham sido abandonadas. "... o sistema de Governo Geral não acabou com as capitanias nem conseguiu impor centralização política em toda a colônia. As capitanias hereditárias continuaram existindo..."[6]. Após esse período as terras brasileiras da costa ainda foram divididas e renomeadas diversas vezes (ver tabela no Anexo I) até a nomeação da Capitania de Sergipe, em 1820, a última de que se tem registro. "Na prática, o poder político continuou descentralizado em todo o período colonial, pois permaneceu concentrado nas mãos da elite latifundiária, classe dominante da qual faziam parte o próprios donatários. Em síntese, a centralização política existiu apenas formalmente."[7]

Vale ressaltar o fato de que apesar de várias das CH's não terem contado com a presença dos donatários nomeados pelo Rei, tem-se registro, conforme dito acima, que a determinação da existência das mesmas contou com a presença de grupos de pessoas que começaram a povoar as regiões e desenvolver as primeiras vilas e formações sociais. Estas, mais tarde, deram origem às vilas, províncias e municípios, e, assim, às suas formações institucionais. "Sem pretender diminuir a importância histórica de Martim Afonso de Sousa e da fundação da Vila de São Vicente como ato pioneiro na instalação do aparelho

[6] Fonte: www.geocities.com, 26/06/2009.
[7] Idem

administrativo na colônia, podemos afirmar que a divisão do território em capitanias hereditárias foi o primeiro grande passo rumo à afirmação efetiva e definitiva da colonização do Brasil"[8].

No livro de Capistrano de Abreu (1988) tem-se registro que através da carta régia de 20 de janeiro de 1699 deu-se a primeira formação institucional jurídica nas Capitanias, houve nomeação dos primeiros juízes e formaram-se, assim, as regras pioneiras de acesso à justiça. "A carta régia de 20 de janeiro de 1699, primeiro esforço para introduzir alguma ordem naquela massa amorfa, mandou criar nas freguezias do sertão juízes à semelhança dos de vintena, que saíam dos mais poderosos da terra, e em cada freguesia um capitão-mor e cabos de milícia obrigados a socorrer e ajudar os juízes. A resistência contra estes se equiparava à resistência contra os juízes de fora, e ficariam seqüestrados os bens do réu até sentença final; as penas pecuniárias deveriam ser preferidas por não se poder executar facilmente as corporais. Ouvidores, corregedores eram obrigados a uma visita trienal. Se tais ordens foram cumpridas e nos arquivos de além-mar existirem relatórios das correções, nem um documento poderá nos ajudar tanto no estudo e conhecimento da vida sertaneja." [9]. Em outro livro do mesmo autor, página 32, Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil (1989), há relatos de documentos originais ainda do tempo dos donatários, que datam de 1550, de verdadeiros tribunais formados para julgar cidadãos das Capitanias.

Segundo Paim (2000) "As instruções fornecidas ao primeiro governador-geral – documento comumente chamado de "Regimento que levou Tomé de Sousa", que se preservou e foi publicado na *Revista do IHGB* – demonstram que a elite burocrática portuguesa foi capaz de generalizar a experiência precedente e estabelecer diretrizes que, a rigor, permaneceram inalteradas nos séculos seguintes." (...) "... o Regimento dá início à implantação da estrutura administrativa. Seus pilares constituíam na defesa, na fiscalização e coleta de tributos, e na Justiça. Subsequentemente foram designados capitães-mores nas capitanias, com o que se inicia a formação dos futuros governos provinciais."

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, capitães governaram as seguintes capitanias: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, e Mato Grosso. Eram denominadas subcapitanias: Rio Negro (do Pará), Piauí (do Maranhão), Ceará, Rio Grande do Norte, e Paraíba (de Pernambuco). Conforme dito anteriormente o objetivo de proteger e determinar os fundamentos da colonização brasileira foi cumprido pelo sistema de CH's.

---

[8] Fonte: www.geocities.com, 26/06/2009.
[9] Fonte: Capistrano de Abreu (1998), pag. 139.

A extinção do sistema de capitanias ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da declaração de independência, e a maioria das capitanias tornaram-se províncias. A existência das Câmaras Municipais nesse período é de total importância, "em toda a história do Brasil Colônia o poder estava concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra – a classe senhorial latifundiária dominante -, apesar da existência do governador-geral e mais tarde do vice-rei. A classe senhorial dominava a vida política, econômica, social e cultural da colônia e seus interesses eram representados e defendidos pelas Câmaras Municipais. As Câmaras decidiam sobre a administração dos municípios, impostos, salários, abastecimentos, guerra e paz com os índios etc."[10] Ainda segundo Paim (2000), na página 57, defende que as Câmaras Municipais eram órgãos de representação das cidades que tiveram um importante papel na história do Brasil até o advento da República. Com isso queremos mostrar que as formações sociais do período possuem, até a data, características fortes determinadas no período colonial como consequência do sistema implantado.

Um ponto importante a se ressaltar sobre as características das CH's é que estas tinham tamanhos similares aos das maiores nações européias. Dessa maneira a estrutura fundiária, a estrutura social de exclusão, a dizimação dos indígenas (que formavam parte da população do período), e a persistência da escravidão, são apenas algumas das características determinadas por esse período e que influenciaram os aspectos básicos das instituições que começavam a se formar naquele período. Conforme dito acima nosso artigo busca testar a hipótese defendida em Acemoglu (2001a) em relação ao fato de que estas características determinadas no passado influenciam a qualidade das instituições presentes até a atualidade.

É daí que surge o interesse em considerar no modelo estimado variáveis relacionadas à concentração de terras e renda, institucionais, e de desenvolvimento e que, a nosso ver e de acordo com bibliografia histórica, começaram a desenvolver suas características iniciais no momento da colonização. Dado que não existiu no país nenhum tipo de organização social anterior ao sistema de CH's (apenas se tem informação de pequenas formações indígenas, sem qualquer tipo de complexidade, e que por essa razão não são classificadas como formações sociais desenvolvidas) o sistema de CH's foi a primeira forma de colonização iniciada no país. Portanto, foram características herdadas desse sistema que determinaram os aspectos iniciais das variáveis dependentes que analisaremos na seqüência.

[10] Idem 8.

Temos como variáveis dependentes, a nível municipal, o GINI renda, GINI terra, persistência política, índice de governança, acesso à justiça, número total de empresas públicas, número de cartórios, número de bancos públicos, PIB e Gastos públicos. O significado, a construção e a fonte dessas variáveis são explicados com detalhe na seguinte seção. Nossas variáveis independentes ligadas às CH's, e os demais controles, também estão explicados abaixo.

3. Dados

Utilizamos os dados de latitude e longitude de cada Capitania e o ano de fundação de cada município para construir a variável *Índice CH*. Primeiramente, identifica-se, através da latitude e longitude, a capitania hereditária à qual o município pertence. Em seguida, calcula-se o seguinte índice para o município i pertencente à Capitania j:

$$\textit{Índice } CH_{ij} = (\text{Novo}_j - \text{AN}_{ij}) / \text{Novo}_j \qquad (1)$$

sendo "AN_{ij}" o ano em que o município i daquela Capitania j foi fundado e "Novo_j" o ano em que o município mais novo desta Capitania foi fundado. O índice será igual a zero se o município não tiver sido localizado como pertencente a alguma Capitania. "CH_{ij}" será mais próximo de um, ou seja, terá maior peso, quanto mais distante o ano de criação do município i for de seu município mais novo. Partimos do pressuposto de que quanto mais antiga a colonização na região maior a influência do sistema de Capitanias em relação à formação do município.

Como exemplo, considerando a Capitania de São Vicente, temos que, de todos os municípios que pertencem a esta, Ilha Comprida é o mais novo (com data de fundação mais próxima da data atual), fundado em 1993. O município Santos é o mais antigo, fundado em 1545, e o segundo mais antigo é Itanhaém fundando em 1561. Nesse caso atribuímos o valor 0,2247 para Santos e 0,2167 para Itanhaém.

De forma a levar em consideração a participação de cada Capitania no Brasil Colonial, ainda pode-se obter:

$$\textit{Índice } CHP_{ij} = \text{Índice } \text{CH}_{ij} \text{ x } \text{AP}_j \qquad (2)$$

Sendo que AP_j corresponde à área proporcional da Capitania j. Este índice busca capturar não somente a idade do município, mas também o peso que teria em âmbito nacional, medido pela área da capitania.

Assume-se aqui que o desenvolvimento regional dos municípios (PIB) bem como os gastos públicos municipais (G), e a situação das instituições atuais dos mesmos (INST), podem depender de sua participação histórica relativa.

Para as variáveis acima criamos a interação das mesmas com a distância em relação a Portugal, que são *Indice_CH_Dist* e *Indice_CHP_Dist*, respectivamente.[11]

Construímos também a variável *CH*, que é 0 caso o município nunca tenha pertencido a nenhuma Capitania Hereditária no passado, e 1 caso contrário. A variável *CH_DIST* é o produto da variável *CH* pela variável *Distância em Relação a Portugal*.

Em relação às variáveis históricas, construímos as variáveis referentes às culturas da cana e do ouro, seguindo Naritomi et al (2007). As duas foram criadas com base em Simonsen (1937). Segundo o autor os municípios criados antes de 1760, e que pertenciam aos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, e Espírito Santo tiveram em suas áreas a colonização da cana-de-açúcar. Portanto, com base nessa informação, definimos que todos os municípios com estas características recebem valor 1 para a variável *Ciclo_Cana*. Já os municípios que não pertencem a estes Estados e nem foram criados antes de 1760 recebem o valor 0, dado que sofreram pouca ou nenhuma influência da colonização desse tipo de ciclo. Para a construção da variável *Ciclo_Ouro* identificamos o ciclo do ouro como o período compreendido entre os anos 1695 a 1800 - fonte Simonsen (1937), assim todos os municípios que pertenceram aos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso ou Minas Gerais (que sofreram influencia desse tipo de colonização) recebem o valor 1 se foram criados nesse período, e 0 caso contrário. Em relação às variáveis institucionais, quatro são baseadas em Naritomi et al (2007). A primeira variável institucional é o Índice de Gini de desigualdade de terra baseado no Censo Agrícola desenvolvido pelo IBGE em 1996. Usou-se a Fórmula de Brown para o cálculo do mesmo.

A fonte das próximas três variáveis construídas é a pesquisa do IBGE do Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001. A segunda variável institucional mede a persistência política. É uma *dummy* que indica se o prefeito do município foi ou não reeleito em 2000, ou seja, essa variável mede o poder político municipal. Se o prefeito foi reeleito na

[11] O procedimento de interagir a variável de interesse com a distância em Portugal é feito também em Naritomi et al (2007). Ele busca identificar o efeito heterogêneo de um município em uma mesma capitania com uma distância grande em relação à colônia comparativamente à outro na mesma capitania, mas mais próximo à Portugal.

eleição municipal de 2000 a variável recebe valor 1, caso não tenha havido reeleição seu valor é zero.

A terceira variável é o Índice de Governança, e mede a qualidade das práticas governamentais. É uma soma de 2 indicadores, e o valor desta variável pode ir de 0 a 9, quanto mais próximo de 9 melhores práticas governamentais apresenta o município. Os dois indicadores são: número de instrumentos administrativos (que é uma soma de variáveis binárias que indicam a existência de distritos administrativos das cidades, do Plano Diretor, da Lei de Parcelamento do Solo, da Lei de Zoneamento, do Código de Obras e do Código de Posturas) e o número de instrumentos de planejamento (é calculada também através da soma das seguintes variáveis binárias: existência de Plano de Governo, de Plano Estratégico, e da Lei Orgânica).

Por fim, a quarta variável institucional utilizada mede o acesso à Justiça de cada município. Esta varia de 0 a 3 de acordo com a existência ou não de Tribunal de Pequenas Causas, de Conselho Tutelar, e de Comissão de Defesa do Consumidor.

Para complementar o trabalho usaremos variáveis inéditas em relação aos trabalhos da literatura. Uma delas é o número total de empresas públicas per capita existentes nos municípios baseado na Pesquisa de Gestão Pública de 2004 do Banco Central do Brasil. Esta variável é a soma de 4 outros indicadores (o número de sociedades com economia mista, o número de empresas públicas, o número de autarquias, e número de fundações existentes a nível municipal). Vale ressaltar que estes últimos dados não estavam abertos na pesquisa do Perfil de 2001, por esse motivo usamos os dados da Pesquisa de Gestão Pública de 2004.

Ainda utilizaremos como variáveis institucionais, o número de cartórios per capita existentes em cada município, sendo a fonte desses dados a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2006, ano em que essa informação começou a ser divulgada. Dados referentes ao número de agências bancárias públicas per capita em funcionamento no país também serão utilizadas como forma de medir a concentração do poder público municipal. Os números de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram coletados no site do Banco Central do Brasil, e os dados são referentes a setembro de 2007, já que os mesmos apenas estão disponíveis a partir deste período.

Seguindo a literatura sobre os determinantes da desigualdade de renda para os municípios utilizaremos como variáveis de controle, em relação à geografia de cada município (variável "ContrGeogr"), o tipo de solo (fonte: EMBRAPA), a quantidade de chuva (fonte: INGEO), a altitude e a temperatura média (fonte: IPEADATA), a distância em relação a Portugal (distância Euclidiana em graus calculada desde o ponto central de cada município

até Lisboa)[12] e o ano de fundação dos municípios (fonte: IBGE). Controlamos também pela proporção da PEA urbana, e pelos anos de estudo da população. Estes últimos dados foram coletados do site do IPEADATA, e são referentes ao ano de 2000.

Alguns dos dados utilizados referentes a características sócio-econômicas dos municípios (variável "*Contrsócioc*"), como o PIB per capita, e os Gastos públicos municipais per capita (variável "G"), também foram coletados através do *site* do IPEADATA e utilizou-se o ano 2000 como base para nossa análise, o último ano de censo realizado. O índice de GINI de renda que é variável de grande interesse desse estudo também tem como fonte o IPEADATA, ano de 2000.

3.1 Análise Descritiva da Amostra

Estatísticas Descritivas para a amostra de todos o municípios, e dos pertencentes ou não a alguma das Capitanias Hereditárias									
	TOTAL MUNICÍPIOS			Pertencentes a CH			Não pertencentes a CH		
	Média	DP	Observações	Média	DP	Observações	Média	DP	Observações
Indíce de GINI de desigualdade de terra	0,687	0,133	4671	0,730	0,116	2397	0,643	0,137	2274
Indíce de GINI de desigualdade de renda	0,561	0,585	5203	0,569	0,054	2717	0,552	0,062	2486
Persistência Política*	0,43	0,50	5458	0,48	0,50	2820	0,37	0,48	2569
Índice de Governança*	3,58	2,03	5459	3,29	1,97	2820	3,90	2,05	2570
Acesso à Justiça*	1,17	0,94	5459	1,02	0,96	2820	1,33	0,89	2570
Número TOTAL Empresas Públicas*	0,000046	0,00038	5208	0,000032	0,00020	2721	0,000061	0,00051	2487
Número de Cartórios*	0,000058	0,000114	5208	0,000040	0,000102	2721	0,000079	0,000123	2487
Número de Agências bancárias públicas*,**	0,000043	0,000150	5250	0,000040	0,000194	2721	0,000046	0,000079	2529
PIB *,***	4,429	5,549	5206	3,273	5,845	2721	5,694	4,903	2485
GASTO *,***	450,39	246,29	4361	375,94	216,57	2134	521,72	251,92	2227

* variáveis em termos Per Capita

** Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

*** variáveis em ln

A tabela acima mostra as médias e os desvios padrão das variáveis dependentes do nosso modelo. Subdividimos nossa amostra em três grupos, o primeiro corresponde a todos os municípios, o segundo engloba apenas os municípios que pertenceram a alguma Capitania Hereditária, e o terceiro corresponde aos municípios que não pertenceram a nenhuma Capitania Hereditária.

Observa-se que o índice de Gini de desigualdade de terra está em acordo com o esperado, ou seja, mostra que a divisão das terras dos municípios que pertenceram a alguma CH foi menos homogênea em comparação ao grupo dos que não pertenceram. O mesmo é indicado pelo índice de Gini de Renda, os municípios que não pertenceram a CH's no passado têm melhor distribuição de renda.

A indicação esperada que o fato histórico ligado à criação das CH gerou maior concentração política entre os municípios que participaram desse processo não foi observada. Conforme indicado pela variável de Persistência Política os municípios que nunca

[12] Dados fornecidos por Rodrigo Soares.

pertenceram a CH no passado apresentam maior número de prefeitos reeleitos do que os que estavam dentro dos limites territoriais das CH's.

Os resultados das variáveis *Índice de Governança* e *Acesso à Justiça* são positivos, suas médias são maiores para os municípios que não estiveram ligados à divisão das CH's. Portanto a qualidade das práticas governamentais e o acesso a instituições judiciárias nos mesmos parecem estar melhor avaliados.

Em relação às variáveis que indicam concentração do poder público local vemos que há mais empresas públicas nos municípios que não pertenceram a CH's. O mesmo se observa para as variáveis do número de Cartórios e número de agências bancárias públicas. Isto pode ser um forte indicativo de que estes municípios sejam mais burocráticos do que os que pertenceram a CH's no passado.

As variáveis PIB e GASTO apresentam média maior para os municípios que não pertenceram a nenhuma CH. Isto pode ser um indicativo de que tal sistema de colonização tenha tido impactos negativos sobre desenvolvimento e indicadores fiscais dos municípios que pertenceram a CH's no passado.

4. Implementação empírica

Nossa hipótese sugere que o sistema de Capitanias teria deixado conseqüências importantes que explicariam não somente grande parte das desigualdades de terra ou renda atuais dos municípios que sofreram esse tipo de colonização, mas traria seqüelas em outras variáveis institucionais.

Apesar do principal objetivo ser testar se a desigualdade de terra municipal observada hoje pode ser associada à locação histórica das CH's no passado, e que nesse caso teríamos a escolha de produção de cana-de-açúcar como endógena ao tamanho da propriedade das fazendas e das CH's, também busca-se identificar se a colonização via CH pode ter tido impacto em variáveis socioeconômicas que podem determinar características institucionais atuais dos municípios.

Como se pretende estimar o efeito da colonização (CH) sobre diversas variáveis institucionais que podem estar correlacionadas, o método de estimação utilizado é o *Seemingly Unrelated Regressions* (SUR). A aplicação do método das Regressões Aparentemente Não Correlacionadas serve para a estimativa conjunta de diferentes equações que podem estar correlacionadas através dos resíduos. Diferentes regressões, mas que são compostas pelas mesmas variáveis explicativas, são modeladas com erros correlacionados –

os erros incluem fatores que são comuns a todos os Ys – e, portanto, há ganhos na estimação conjunta das mesmas.

Ou seja, o modelo a ser estimado em relação às variáveis institucionais pode ser escrito:

$$Y_{1i} = \beta_o + \beta_1 CH_i + \beta_2 CH_i * DistPort + \beta_3 Ciclo + \beta_4 X_i + \beta_5 Y_i + u_i$$

Sendo Y o vetor que representa as 10 variáveis dependentes (*Gini Terra, Gini Renda, Persistência Política, Índice de Governança, Acesso à Justiça, Número de Cartórios, Número de Agências Bancárias Públicas, Número total de Empresas Públicas, PIB* e *Gasto)* já descritas acima, e X e Y os vetores que representam, respectivamente, *ContrGeogr* e *Contrsóciec*.

CHi corresponde à variável *Indice_CH* (ou ao *Indice_CHP* dependendo da seção). *DistPort* corresponde à variável que mede a distância em relação a Portugal. *ContrGeogr* são as variáveis de solo, quantidade de chuva, temperatura e altitude, e as *dummies* de região (todas estas variáveis estão inseridas em todas as regressões de todas as seções). *Contrsócioec* são as variáveis de controle socioeconômico, que são *Anos de Estudos da População* e *Proporção da PEA Urbana* (que também estão presentes em todas as regressões, em todas as seções). *Ciclo* inclui tanto a variável *Ciclo_Cana* quanto a *Ciclo_Ouro*. Conforme veremos adiante, em alguns casos fazemos testes sem essas variáveis, em seguida as colocamos para medir seus impactos e ainda permitimos a interação destas com a distância para Portugal. Vale ressaltar que todas as variáveis *Contrsócioec,* as institucionais, e as socioeconômicas (assim com PIB e Gasto) estão em termos per capita.

5. Resultados SUR

5.1. INDICE_CH usando toda a amostra

Rodamos um SUR para as 10 variáveis dependentes em questão - *Gini Terra, Gini Renda, Persistência Política, Índice de Governança, Acesso à Justiça, Número de Cartórios, Número de Agências Bancárias Públicas, Número total de Empresas Públicas, PIB* e *Gasto*.

Incluímos as variáveis econômicas PIB e Gasto na nossa regressão principal pois esperamos encontrar efeito direto do sistema de CH's sobre estas variáveis. Mas tendo consciência da possibilidade de existência de causalidade reversa entre desenvolvimento e instituições fizemos também testes de 2 estágios para verificar se as instituições foram

determinadas pelos sistema de CH's num primeiro momento, e, teriam impactado, posteriormente, nas variáveis PIB e Gasto da atualidade.[13]

Analisaremos o SUR de cada uma das 10 variáveis dependentes apresentando 4 variações para cada tabela. Na primeira coluna de cada tabela, em relação às variáveis de interesse históricas, controlaremos apenas pelo INDICE_CH. Na segunda coluna da tabela controlaremos pelo INDICE_CH e pelo INDICE_CH_DIST (interação entre a variável índice_CH e a distância com Portugal). A terceira variação insere à coluna anterior as variáveis CICLO_CANA e CICLO_OURO. A quarta e última variação de cada uma das 10 tabelas trará a variável dependente sendo controlada pelas variáveis da coluna 3 e também por CICLO_CANA_DIST e CICLO_OURO_DIST (interação entre as variáveis ciclos e a distância com Portugal). As demais variáveis de controle citadas e especificadas na seção "Dados" estão presentes em todas as variações de cada SUR.

Além das variáveis de controle geográfico inserimos no nosso modelo as variáveis de controle socioeconômicas contemporâneas já citadas (*Anos de Estudo da População* e *Proporção da PEA Urbana*). A razão disso é que dado que nossa variável dependente de maior interesse é relativa a uma característica do passado, imaginamos que tenha influência sobre estas variáveis também. Assim, o que estimamos é o efeito líquido das variáveis socioeconômicas.[14]

A **tabela 1** do anexo é referente ao resultado do SUR de todas as variáveis independentes descritas sobre o Gini Terra. Na coluna A observamos que quase todas as variáveis independentes socioeconômicas são significativas a 1% de confiança. As variáveis *Ano de Fundação*, *Quantidade de Chuva*, *Altitude ,* e o fato de o município ter pertencido à região norte, não se mostram significativas para determinar a desigualdade de terra. A variável *Indice_CH* não apresentou significância estatística.

Na coluna B, em que adicionamos a variável *Indice_Ch_Dist*, temos como resultado que o fato de o município ter pertencido a alguma CH no passado influencia positivamente o Gini Terra, ou seja, as CH's e a data de criação daquele município influenciam de forma negativa a sua distribuição das terras. Quanto mais antigo for o município que tiver pertencido a alguma CH, maior concentração de terras este apresentará. Isto sugere que o principal

[13] Fizemos 6 testes de 2 estágios. Consideramos o impacto do *Índice_CH* e *Índice_CH_Dist* sobre 3 variáveis instrumentalizadas: Gini Terra, Persistência Política e Índice de Governança – fizemos combinações 2 a 2 para o primeiro estágio. E logo, no segundo estágio, medimos o impacto dessas variáveis (Gini Terra, Persistência Política, Índice de Governança) sobre PIB e Gastos. Não se verificou significância estatística para nenhum dos testes de 2 estágios gerados.

[14] Rodamos as regressões sem as mesmas e observamos que os resultados são qualitativamente similares, porém mais robustos.

pressuposto deste trabalho, qual seja, a influência negativa na distribuição de terras do sistema de Capitanias (Índice CH) e da idade de formação do município parece encontrar apoio nos resultados. Ou seja, temos que quanto maior a distância do ano de criação do município em relação ao município mais novo da CH, isto é, quanto mais ligado à formação das CH's for município, maior desigualdade de terra este apresenta.

Também observamos que o fato de o município ter pertencido a alguma CH no passado, ponderado também por sua distância em relação a Portugal, influencia negativamente o Gini Terra. Resulta que uma maior distância do município de Portugal influencia de forma positiva a distribuição de terra daqueles municípios que pertenceram a alguma CH, diminuindo seu índice Gini, melhorando assim sua distribuição de terras. É interessante ressaltar que o efeito isolado desta última variável sobre o Gini Renda é também negativo, isto é, quanto maior a distância em relação a Portugal (sem se considerar a influência do sistema de CH's) melhor a distribuição de terras.

Vale a pena dar importância especial aos resultados em relação à distância em relação a Portugal. ACEMOGLU (2001a) e Naritomi et al (2007), por exemplo, em seus estudos já citados comentam tal fato. Diversos outros estudos que também possuem a variável *Distância em Relação à linha do Equador* como controle, na maioria das vezes, encontram resultados negativos em relação ao regressando. Obviamente, estes resultados dependem do regressando em questão, mas, de forma geral, a maioria dos resultados valida o argumento de que os municípios localizados nos trópicos são menos desenvolvidos e apresentam piores indicadores socioeconômicos e institucionais. Nossos resultados, analisando essa variável isoladamente, e levando em conta especificamente a formação das CH's e o modo como funcionou tal sistema, quando interamos o *Indice_CH* com a distância em relação a Portugal, validam este argumento. Portanto, com base nos resultados, podemos inferir que, de alguma maneira, as CH's mais distantes de Portugal, pelo menos no quesito distribuição de terras, foram beneficiadas positivamente. Esta hipótese, conforme defendido pelos trabalhos anteriores, pode estar ligada ao argumento de que as metrópoles acabavam se preocupando em proteger e desenvolver melhor as terras mais distantes geograficamente e de mais difícil acesso e controle. Pela maior distância se esforçaram mais fortemente e terminaram por desencadear um desenvolvimento e formação mais benéfica das regiões mais afastadas em detrimento das mais próximas. Por exemplo, na coluna B temos que o impacto do coeficiente da variável *Indice_CH_Dist* sobre o Gini Terra é marginal, e apresenta valor -0,043. O que significa que um aumento de 1% na variável *Indice_CH_Dist* tem impacto de -0,043 no Índice Gini Terra.

Em relação aos resultados das variáveis socioeconômicas temos resultados em acordo com o esperado. Maior proporção da PEA urbana influencia de forma negativa a distribuição de terras do município. Esse resultado nos leva a pensar que dado que existe hoje no Brasil uma tendência à urbanização, um município que apresenta altas taxas da PEA urbana já possui um nível avançado de êxodo, e mais população urbana em relação à rural já indica que houve desinteresse, no passado, por desenvolver a vida na área agrícola. Tal desenvolvimento urbano, e o conseqüente desinteresse pelas regiões do campo, tendem a aumentar ainda mais a concentração das terras rurais daquele município. E mais anos de estudos da população resultam em mais igualdade na distribuição de terras. Faz sentido pensar que uma população com condições de ser mais escolarizada e de ter renda mais igualitária desfrute de um menor Gini Terra.

Com a coluna C, na qual adicionamos também os controles *Ciclo_Cana* e *Ciclo_Ouro*, vemos que os resultados da tabela anterior não são alterados. Mais importante ainda, observamos que os efeitos isolados do fato de o município ter pertencido a áreas de colonização do ciclo cana ou do ciclo do ouro, parecem não afetar a distribuição de terras. Isto reforça a hipótese de que a desigualdade de terras parece ter sido influenciada diretamente pela forma de colonização das CH's. Nossos resultados sugerem que as duas formas de colonização, tanto a do ciclo de cana de açúcar quanto a do ciclo de ouro não tiveram impacto em relação à concentração de terras.

Para reforçar os resultados anteriores, temos que, inserindo os controles *Ciclo_Cana_Dist* e *Ciclo_Ouro_Dist*, não alteram qualitativamente os resultados da coluna C, e tampouco estas últimas variáveis, que levam em conta a distância em relação a Portugal dos municípios que participaram dos ciclos, mostram-se significativas na determinação do Gini Terra.

A **tabela 2** é similar à tabela 1, a única diferença é que a variável dependente do SUR nesta é a Persistência Política. Na coluna 1 as variáveis *Ano de Fundação*, *Quantidade de Chuva, Altitude*, e as *dummies* de região não são significativas para determinar a persistência política. A variável de interesse, *Indice_CH*, mostra-se significativa, a 5% de significância, para determinar menos persistência política.

Na coluna B desta tabela observamos resultados não menos interessantes. Quando inserimos a variável *Indice_CH_Dist* temos que além desta se mostrar significativa (a 1%) para explicar a persistência política, a variável *Indice_CH* também passa a ser significativa 1% de significância. Esta última tem relação inversa com a variável dependente, ou seja, determina menor persistência política, enquanto que a primeira, em que se leva em conta além

da influência do sistema de CH's a distância de Portugal, determinam municípios com maior número de reeleições nas eleições quanto mais distante o município for de Portugal. A distância do município em relação a Portugal indica que menor proximidade em relação a este país determina menor número de reeleições municipais.

Em relação às características socioeconômicas dos municípios observamos que quanto mais anos de estudo tem a população do município maior o número de reeleições que este apresenta.

Na coluna C, com a inclusão dos controles *Ciclo_Cana* e *Ciclo_Ouro*, não há diferença nos resultados. Esses dois novos controles não se mostraram significativos na influência do número de reeleições municipais.

A coluna D reforça os resultados anteriores e mesmo com a interação da distância de Portugal com os ciclos não há qualquer impacto na explicação da concentração política municipal.

Na **tabela 3** a variável dependente é o Índice de Governança. Na coluna A as únicas variáveis que apresentaram significância estatística para determinar o regressando foram a proporção da PEA urbana, os anos de estudo da população, a distância em relação a Portugal, a temperatura média, e as *dummies* nordeste e sudeste.

Tem-se que quanto maior a proporção da PEA urbana, e quanto maior a distância de Portugal, pior práticas governamentais apresenta o município. E observa-se que quanto mais anos de estudo tem a população o município apresenta melhores práticas governamentais. O fato de o município pertencer às regiões nordeste e sudeste indica a predisposição destes a apresentar pior índice de governança.

Na coluna B, com a inclusão da variável *Indice_CH_Dist*, os resultados não mostram nenhuma alteração em relação à coluna 1.

Pela coluna C conclui-se que a variável *Ciclo_Cana* parece indicar que o fato da criação do município estar ligada à colonização através deste ciclo influencia positivamente a qualidade das suas práticas governamentais. As demais variáveis não apresentaram alteração nos seus resultados.

A última coluna mostra que com os novos controles o *Ciclo_Cana* deixa de ser significativo. Os demais resultados não se alteram, com exceção da distância de Portugal que aumenta sua significância estatística para 5%.

Na **tabela 4** a variável dependente é a variável Acesso à Justiça. Na coluna A, temos que apenas os anos de estudo da população e as *dummies* são significativos para determinar aquela variável.

Conforme o esperado comprovou-se que quanto mais anos de estudo apresenta a população municipal maior o número de instituições judiciárias presentes no município. As *dummies* nordeste, norte e sudeste indicam pior acesso à justiça aos municípios pertencentes a essas regiões, e a *dummy* centro-oeste apresenta relação positiva com o regressando. Nas colunas B, C e D vemos que a inclusão do *Indice_CH_Dist* não altera qualitativamente os resultados anteriores. Apenas o ciclo ouro, na coluna C, sem mostra significativo, a 10%, e apresenta impacto negativo sobre a variável dependente.

Na **tabela 5** a variável dependente do SUR é o Número Total de Empresas Públicas per capita. Para as 4 colunas temos os mesmos resultados, quais sejam, apenas os anos de estudo da população e as *dummies* regionais apresentam relação significativa com o número de empresas públicas municipais per capita. Observa-se que quanto mais escolarizada é a população, maior o número de empresas públicas existentes no município. As *dummies* regionais apresentam relação negativa com o número de empresas públicas.

Na **tabela 6** a variável dependente do SUR é o Número de Cartórios per capita. Para as 4 colunas os resultados são similares. Não há significância estatística das variáveis históricas de interesse.

As únicas variáveis socioeconômicas relevantes para determinar o número de cartórios municipais são os anos de estudo da população e a proporção da PEA urbana. As duas apresentam relação positiva com o número de cartórios. A *dummy* nordeste é significativa e apresenta relação negativa com o número de cartórios.

Na **tabela 7** a variável dependente do SUR é o número de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal per capita. Na coluna A apenas a variável de interesse *Indice_CH* se mostrou significativa (a 10%), e determina maior concentração de poder público municipal.

O fato de o município estar localizado nas regiões norte, centro-oeste e nordeste do Brasil tem um efeito positivo nesta medida de concentração de poder público referente à região Sudeste.

Na coluna B a nova variável de controle reforça a indicação de que o fato de o município ter sofrido influência mais antiga do sistema de CH's teria determinado maior concentração de poder público municipal. A relação da variável *Indice_CH_Dist*, também significativa, para determinar o número de agências bancárias públicas é negativa. Os demais resultados, em relação à coluna A, não se alteraram.

Na coluna C a inclusão das variáveis de ciclo retiram as significâncias do *Indice_CH* e do *Indice_CH_Dist*, e apenas a variável *Ciclo_Cana* é significativa e apresenta relação

positiva com o número de agências bancárias públicas. Na coluna D nenhuma das variáveis históricas de interesse se mostra significativa.

Na **tabela 8** apresentamos o resultado do SUR em que o regressando é o Gini Renda. Os resultados das 4 colunas são os mesmos, apenas há diferença na magnitude dos parâmetros. As variáveis de controle socioeconômicas são significativas e apresentam relação inversa com o Gini Renda.

A variável *Indice_CH* apresenta relação positiva com a variável dependente, indicando que o sistema de CH's, ponderado pela idade do município, teriam gerado mais desigualdade na distribuição da renda. O *Indice_CH_Dist* apresenta relação inversa com o regressando.A *dummy* nordeste é a única que se apresentou não significativa.

Na **tabela 9** a variável dependente do SUR é o PIB. As variáveis que se mostraram significativas na coluna 1, e que têm relação positiva com o PIB são: *Indice_CH*, *Distância de Portugal, Proporção da PEA Urbana,* e *Anos de Estudo da População*. As *dummies* norte e centro-oeste são significativas e apresentam parâmetros negativos.

Na coluna B, a variável de interesse inserida não é significativa e retira a significância do *Indice_CH*.

Quando inserimos os ciclos na regressão, na coluna C, as variáveis *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* seguem sem significância. O ciclo da cana (significante a 1%) se mostra relevante para explicar um PIB municipal mais alto.

Na coluna D temos que as únicas variáveis de interesse históricas que se mantêm significativas são o *Ciclo_Cana* e o *Ciclo_Cana_Dist*. Sendo que a primeira apresenta parâmetro negativo e a segunda tem efeito positivo sobre o PIB. Observamos assim que o efeito do ciclo da cana no PIB é ambíguo. Quando inserimos mais controles históricos levando-se em conta a distância de Portugal, seu efeito muda.

Por fim, a **tabela 10** apresenta resultados do SUR em que o Gasto Público é o regressando. O *Indice_CH* se mostrou significativo e seu efeito no Gasto é negativo. A *Distância de Portugal*, juntamente com as variáveis *Anos de Estudo da População e Proporção da PEA Urbana*, determinam maiores gastos municipais.

Na coluna B a variável inserida não altera os resultados da coluna A. Esta última variável é significativa e apresenta relação positiva com o Gasto. Na coluna C os resultados da coluna anterior se mantêm. O ciclo da cana é significativo e determina maiores gastos municipais, e o ciclo do ouro influencia de maneira inversa o regressando.

Finalmente, na coluna D, observa-se que os efeitos do ciclo da cana (inclusive o que pondera a distância de Portugal) não explicam os gastos municipais. Interessantemente o

resultado do ciclo ouro é contrário ao da coluna anterior (este passa a influenciar de maneira diretamente proporcional a variável dependente) e a variável *Ciclo_Ouro_Dist* apresenta relação inversa com o Gasto.

5.2. INDICE_CH usando amostra reduzida (apenas quando CH=1)

Nessa seção rodamos os mesmos SUR da seção anterior, com a diferença que aqui o fazemos para a amostra apenas dos municípios que pertenceram a alguma CH no passado, ou seja, que têm valor 1 na variável *CH*. Os municípios que não pertenceram a nenhuma CH estão fora da amostra desta seção. Na seção da amostra completa tínhamos 3.935 observações para cada uma das variáveis dependentes, neste caso, com a redução da amostra, esse número fica reduzido a 1.916.

O resultado da coluna A na **tabela 11** continua consistente para o *Indice_CH*, que se mostra significativo e com parâmetro positivo. Os resultados das demais colunas também reconfirmam os resultados observados na seção anterior: o efeito do *Indice_CH_Dist*, sempre significante, é negativo sobre o regressando, o *Indice_CH* nunca deixa de ser significativo em nenhuma das colunas, e todas as variáveis de ciclo não mostram nenhuma influência sobre o Gini Renda. Vale ressaltar que os efeitos das variáveis de ciclo são na sua maioria marginais, por essa razão, para poder ver seu efeito, seus parâmetros foram multiplicados por mil nas tabelas com os resultados.

Na **tabela 12** a consistência do *Indice_CH* sobre a persistência política também se confirma. Para todas as colunas (exceto na 1) esta variável é significativa e com impacto negativo no número de reeleições. O *Indice_CH_Dist* é relevante, nos testes das 3 colunas, na determinação de maior persistência política municipal. Mais uma vez, quaisquer das variáveis de ciclo, não indicam influência alguma sobre a variável dependente. As variáveis de interesse anteriormente citadas também apresentam efeito marginal sobre o regressando, por isso também multiplicamos por mil seus parâmetros.

Na **tabela 13** temos que o *Indice_CH* apenas impacta no índice de governança na coluna A, e seu efeito sobre o regressando é negativo. Em nenhuma das colunas o *Indice_CH_Dist* se mostra significativo. E para os outros testes apenas o ciclo cana influencia o índice de governança, na coluna C, e com parâmetro positivo.

Na **tabela 14** os resultados sobre a variável Acesso À Justiça do *Indice_CH* são significativos e negativamente relacionada à variável dependente nas 3 últimas colunas. Na coluna A essa variável não se mostra significativa. O *Indice_CH_Dist* é significativo nas três

colunas e com influência positiva sobre o regressando. Nenhuma das variáveis de ciclo é relevante para explicar o acesso à justiça que oferece o município.

Nas **tabelas 15** e **16** nenhuma das variáveis históricas se mostra significativa para explicar o número total de empresas públicas municipais e o número de cartórios, ambos per capita, respectivamente.

Na **tabela 17**, em que o número de agências bancárias públicas per capita é a variável dependente, o *Indice_CH* implica em maior número de agências apenas na coluna A, nos demais testes não explica a variável dependente. A única outra variável de interesse histórica que impacta na variável dependente, e com efeito positivo também, e apenas para a coluna C, é o ciclo da cana.

Na **tabela 18** o *Indice_CH* se mostra significativo para determinar pior distribuição de renda no município, nas 4 colunas. As demais variáveis de interesse não apresentam significância estatística em nenhum dos testes.

Na coluna 1 da **tabela 19 o Indice_CH apresenta impacto positivo sobre o PIB.** Na coluna C, temos que a variável *Ciclo_Cana* e o Indice_CH_Dist são significativos e positivamente correlacionadas ao PIB. Na coluna D, quando inserimos *Ciclo_Cana_Dist*, o efeito da variável *Ciclo_Cana* fica negativo, e a variável interagida com a distância apresenta parâmetro positivo no impacto sobre o PIB. Portanto quando se adiciona o controle sobre o ciclo da cana pela distância em relação a Portugal observamos que esta última determina melhor PIB além de tornar negativo o efeito sobre o PIB de municípios que sofreram colonização de cana-de-açúcar em que a distância em relação à metrópole não é considerada. Isto comprova a importância do efeito da distância em relação a Portugal para determinar o desenvolvimento do município.

Na **tabela 20** temos que o *Indice_CH* é significativo e apresenta relação inversa com o Gasto para as 3 últimas colunas. O *Indice_CH_Dist* é significativo também nas 3 colunas mas seu efeito sobre o Y é positivo. Em relação às variáveis de ciclo apenas *Ciclo_Cana*, na coluna C, se mostra relevante e determina maiores gastos municipais.

5.3. INDICE_CHP usando toda a amostra

Neste exercício rodamos dois SUR controlando pela variável de interesse histórica *Indice_CHP*. No primeiro SUR controlamos por esta apenas (além dos demais controles), e no segundo SUR controlamos também pela interação desta com a distância de Portugal (*Indice_CHP_Dist*). Nesta seção, portanto, temos 10 tabelas com apenas 2 colunas cada uma.

Os resultados do primeiro SUR são consistentes com o esperado. Na **tabela 21**, para a coluna B, a variável *Indice_CHP* é significativa e tem relação diretamente proporcional com o Gini Terra. O *Indice_CHP_Dist*, também na coluna B, é significativo e tem relação inversa com o regressando. Mais uma vez tivemos que multiplicar por mil os parâmetros das variáveis de interesse, já que apresentam efeito marginal sobre o regressando.

Na **tabela 22** apenas na coluna A a variável de interesse se mostra significativa, e determina menos número de reeleições municipais (também com efeito marginal). Ou seja, comparativamente ao resultado principal (seção 5.1 – tabela 2), o resultado é semelhante. Naquela seção o *Indice_CH* apenas era significativo quando controlado também pelo *Indice_CH_Dist* (coluna B). Nesta seção o *Indice_CHP* impacta sobre o regressando no teste em que o *Indice_CHP_Dist* não está inserido (coluna A).

Na coluna A da **tabela 23** o *Indice_CHP* não é significativo. Na coluna B temos que as duas variáveis de interesse (*Indice_CHP* e *Indice_CHP_Dist*) se mostram significativas a 10%. O *Indice_CHP* tem relação inversa com o Índice de Governança, e o *Indice_CHP_Dist* determina, ao contrário, maior índice de governança. Dado que no resultado principal (tabela 3) as duas variáveis de interesse históricas (*Indice_CH* e *Indice_CH_Dist*) não se mostraram significativas para determinar o Índice de Governança, há a indicação de que a área proporcional de cada Capitania parece ter importância influência na determinação de algumas variáveis institucionais.

Na **tabela 24**, na coluna B, encontramos significância, a 10%, para as duas variáveis de interesse. O *Indice_CHP* influencia com melhor acesso à justiça, enquanto que esta com a interação da distância em relação a Portugal influencia negativamente o nível de acesso à justiça. Assim sendo, comparativamente ao resultado da tabela 4, em que as variáveis de interesse históricas (*Indice_CH* e *Indice_CH_Dist*) não se mostraram significativas para determinar o regressando, temos, outra vez, indicação da relevância do impacto da área proporcional das Capitanias na determinação das condições institucionais atuais dos municípios.

Nas **tabelas 25** e **26**, em que o número de empresas públicas e o número de cartórios são, respectivamente, as variáveis dependentes, não encontramos significância para as variáveis de interesse. O resultado principal (tabelas 5 e 6) também não indicou significância para as variáveis de interesse, que não consideram a área proporcional (AP) da CH, em relação a estas variáveis dependentes.

Para a **tabela 27**, o *Indice_CHP* influencia o número de agências bancárias públicas apenas na coluna A, e apresenta parâmetro positivo. Tomando-se em conta a tabela 7 temos

que a variável *Indice_CH* apenas é significativa nas colunas A e B. E o impacto desta determina, também, maior concentração de poder público municipal.

Na **tabela 28**, na coluna A, o impacto do *Indice_CHP* é positivo sobre o Gini Renda. Quando inserimos o *Indice_CHP_Dist*, na coluna B, temos uma inversão de efeitos já observada anteriormente, esta última entra com efeito positivo, e o sinal da *Indice_CHP* é invertido. Na tabela 8 o *Indice_CH* é significante e apresenta relação positiva com o Gini Renda, indicando maior desigualdade na distribuição de renda.

Na **tabela 29**, o *Indice_CHP* (nas duas colunas) tem efeito significativo e positivo sobre o PIB. Na coluna B a variável *Indice_CHP_Dist* impacta no regressando negativamente. Resultado semelhante para o Indice_CH na coluna A da tabela 9.

Finalmente, na **tabela 30**, observamos que apenas na coluna A temos resultado significativo para a variável de interesse histórica. O *Indice_CHP* influencia negativamente os gastos municipais. Na tabela 10 obtivemos a mesma indicação.

6. Robustez

Nesta seção adicionamos controles (além dos já apresentados nas seções anteriores) sobres as variáveis *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* para garantir a robustez dos resultados já apresentados. Verificaremos aqui que os resultados anteriormente encontrados para os coeficientes das nossas principais variáveis de interesse históricas apresentam consistência sobre as variáveis institucionais analisadas. Ou seja, esperamos não encontrar qualquer diferença nos resultados anteriores quando inserimos controles distintos. Com isso se reforçará a validade dos testes empíricos deste trabalho.

Temos três subseções: na primeira controlamos por *dummies* estaduais, na segunda pela população municipal, e na terceira pela área municipal.

6.1. *Dummies* estados

Neste exercício (**tabelas 31** a **40**) as variáveis *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* apenas mostraram efeito marginal (também multiplicamos por mil seus parâmetros) significativo para os seguintes regressandos: Gini Terra (**tabela 31**), Persistência Política (**tabela 32**), Número de Agências Bancárias Públicas (**tabela 37**), Gini Renda (**tabela 38**) e Gastos (**tabela 40**).

Na **tabela 31** a variável *Indice_CH*, conforme o resultado da tabela 1, apresenta parâmetro positivo, isto é, sugere influência negativa na distribuição de terras do sistema de

Capitanias. Também validando o resultado principal do trabalho o *Indice_CH_Dist* influencia de forma positiva a distribuição de terras dos municípios que pertenceram a alguma CH.

A **tabela 32** também valida os resultados da tabela 2. Temos que o *Indice_CH* determina menor número de prefeito reeleitos, enquanto que o *Indice_CH_Dist* determina municípios com maior concentração partidária quanto mais longe geograficamente estes se localizarem de Portugal.

Comparando com a tabela 7, a **tabela 37** reforça os resultados de que o fato de o município ter sofrido influência mais antiga do sistema de CH's determinou maior concentração de poder público local. O *Indice_CH_Dist* apresenta relação inversa com o número de agências bancárias públicas municipais *per capita*.

Com a **tabela 38** observamos que o efeito do *Indice_CH* sobre a distribuição de renda é negativo, ou seja, aumenta o Gini Renda. A variável histórica interagida com a distância em relação a Portugal, como o esperado, apresenta efeito inverso, seu parâmetro é negativo. Na tabela 8 os efeitos do *Indice_CH* e do *Indice_CH_Dist* são semelhantes.

A **tabela 40** também reforça os resultados da tabela 10. O efeito do *Indice_CH* sobre os Gastos é negativo, e o *Indice_CH_Dist* apresenta parâmetro positivo.

Observamos portanto que os resultados desta seção são consistentes com os do teste principal, e os sinais das duas variáveis de interesse históricas, conforme esperado, são opostos.

6.2. População municipal

Quando controlamos pela população municipal (**tabelas 41** a **50**) encontramos significância marginal para as variáveis *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* para as variáveis dependentes: Persistência Política (**tabela 42**), Acesso à Justiça (**tabela 44**), e Gastos (**tabela 50**). Para Gini Renda (**tabela 48**) apenas o *Indice_CH* se mostra significativo, e a 5%.

Em relação à persistência política, na **tabela 42**, temos que o *Indice_CH* determina menor número de reeleições municipais, enquanto que o *Indice_CH_Dist* determina maior persistência política. Resultados também em linha com os das seções anteriores.

Na **tabela 44** observamos que o efeito do *Indice_CH* sobre o acesso às justiça é negativo. O *Indice_CH_Dist* tem relação direta com o regressando. Esse resultado está em linha com o encontrado na seção 5.2.

Na **tabela 48** apenas o *Indice_CH* tem efeito sobre o Gini Renda, e seu efeito é positivo, ou seja, impacta de maneira negativa na distribuição de renda municipal. Conforme vimos na seção anterior a tabela 8 gerou o mesmo resultado.

A **tabela 50** também confirma os resultados das seções anteriores com respeito ao efeito negativo do *Indice_CH* sobre Gastos, e o efeito inverso a este da variável *Indice_CH_Dist*.

6.3. Área municipal

Finalmente, controlando pela área municipal (**tabelas 51** a **60**), as duas variáveis de interesse apresentam efeito marginal significativo sobre: Gini Terra (**tabela 51**), Persistência Política (**tabela 52**), Acesso à Justiça (**tabela 54**), e Gastos (**tabela 60**).

Os resultados desta seção são semelhantes aos observados na seção 6.2. A diferença está nas **tabelas 51 e 58**. A **tabela 51** reforça do resultado da tabela 31, em que os controles são as *dummies* estaduais. O *Indice_CH* apresenta relação positiva com o Gini Terra, e o *Indice_CH_Dist* impacta negativamente no regressando.

Quando o regressando é o Gini Renda (**tabela 58**) nesta seção nenhuma das variáveis históricas de interesse se mostrou significativa para explicar a variável dependente. Na tabela 48 o *Indice_CH,* quando controlado pela população municipal, indicou pior distribuição de renda municipal. Quando o controle é feito pela área municipal esta variável captura e anula do efeito das CH´s sobre o Gini Renda. Isto parece indicar que o efeito das CH´s captura, em parte, um efeito negativo de concentração de área do município.

Os demais resultados das variáveis históricas de interesse apresentam sobre todos os regressandos o mesmo sinal do parâmetro e, inclusive, mesmo nível de significância da seção anterior. O *Indice_CH* tem efeito diretamente proporcional sobre o Gini Terra, efeito inverso sobre a persistência política, efeito direto sobre o número de agências bancárias públicas, efeito positivo sobre o PIB, e efeito inversamente proporcional sobre Gastos. Os impactos do *Indice_CH_Dist*, conforme observado em todas as seções anteriores, sempre apresentam relação contrária à da variável *Indice_CH*.

A seção de robustez, portanto, confirmou a consistência dos resultados encontrados na seção principal deste trabalho (seção 5.1). Todos os resultados com significância estatística manifestaram os mesmos efeitos sobre as variáveis institucionais e econômicas analisadas.

7. Conclusão

Os resultados sugerem que o fato de o município ter pertencido a alguma CH no passado influencia positivamente o Gini Terra, ou seja, as CH's e a data de criação daquele município parecem influenciar de forma negativa a sua distribuição das terras. Quanto mais antigo for o município que tiver pertencido a alguma CH, maior concentração de terras este apresentará. Isto sugere que a concentração de terras no período de colonização do Brasil tem influência na concentração de terras observada até nos dias de hoje.

Observamos também que uma maior distância do município em relação a Portugal parece influenciar de forma positiva a distribuição de terra daqueles municípios que pertenceram a alguma CH, diminuindo seu índice Gini, melhorando assim sua distribuição de terras. Isto pode ser observado devido ao argumento de que pela maior distância as metrópoles se esforçaram mais fortemente e terminaram por investir mais (o que teria desencadeado um melhor desenvolvimento) nas colônias mais afastadas.

Adicionando os controles *Ciclo_Cana* e *Ciclo_Ouro* observamos que os efeitos isolados do fato de o município ter pertencido a áreas de colonização do ciclo cana ou do ciclo do ouro não parecem afetar a atual distribuição de terras. Isto reforça a hipótese principal do nosso trabalho e a hipótese que a desigualdade de terras parece ter sido determinada anteriormente, pelas CH's.

Em relação à persistência polícia observamos que o *Indice_CH* determina menor persistência política, enquanto que o *Indice_CH_Dist* determina municípios com maior número de reeleições quanto mais distante o município for de Portugal. A distância do município em relação a Portugal, analisada isoladamente, indica que menor proximidade em relação a este país determina menor número de reeleições municipais.

Na seção principal deste trabalho (SUR para amostra total) as variáveis históricas de interesse não revelaram nenhum impacto sobre o Índice de Governança nem sobre as variáveis: Acesso à Justiça, Número Total de Empresas Públicas, Número de Cartórios.

O *Indice_CH* e o *Indice_CH_Dist* se mostraram relevantes para explicar o número de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal per capita. Há a indicação de que o fato de o município ter sofrido influência mais antiga do sistema de CH's teria determinado maior concentração de poder público municipal. A relação da variável *Indice_CH_Dist* para determinar o número de agências bancárias públicas é negativa.

Em relação ao Gini Renda verificamos que a variável *Indice_CH* apresenta relação positiva com a variável dependente, indicando que o sistema de CH's, ponderado pela idade do município, teria gerado mais desigualdade na distribuição da renda.

Vimos também que o *Indice_CH* tem efeito positivo no PIB, e a ponderação desta com a distância de Portugal não parece impactar no PIB.

Finalmente, em relação à variável Gasto Público, observou-se que o *Indice_CH* tem efeito negativo sobre o Gasto, e o *Indice_CH_Dist* apresenta relação positiva com o regressando.

Conforme vimos os testes de 2 estágios em que PIB e Gasto se tornam dependentes no segundo estágio e as variáveis Gini Terra, Persistência Política e Índice de Governança são instrumentalizadas pelo *Índice_CH* e pelo *Índice_CH_Dist* não mostraram nenhuma significância estatística no segundo estagio.

Apesar de que os resultados dos testes empíricos parecem confirmar a nossa hipótese principal é necessário fazer ressalvas em relação a esses resultados. Pode haver problemas na forma em que construímos os dados pois tomamos algumas hipóteses para determinar o período de encerramento do sistema de CH´s e dos ciclos. Há também limitação na construção das variáveis institucionais, por exemplo, e estudos adicionais com outras variáveis institucionais são necessários. Além disso, existem as limitações de dados em *cross-section*.

8. Referências Bibliográficas

Acemoglu, D., Johnson, S., and Robinson, J. 2001. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, vol 91, 5, 1369-1401.

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J., Thaicharoen, Y. 2002. Institutional causes, macroeconomic symptoms: volatility, crises and growth. *Journal of Monetary Economics* 50 (2003) 49–123.

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. and Yared, P. 2005. Income and democracy. Income and democracy. Working paper, Massachusetts Institute of Technology.

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. 2004. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. *CEPR Discussion Paper No. 4458.*

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. 2002. An African Success Story: Botswana. *CEPR Discussion Paper No. 3219.*

Alesina, A., Baqir, R. and Easterly, W. 1997. Public good and ethnic divisions, *Quartely Jornal of Economics*, vol 114, 4, 1243-1285.

Banerjee, A., Iyer, L. 2005. History, Institutions and Economic Performance: The Legacy of Colonial Land Tenure Systems in India. *American Economic Review* 95:1190-1213.

Basset, W.F., Burkett, J.P., and Putterman, L. 1999. Income distribution, government transfers, and the problem of unequal influence. *European Journal of Political Economy* 15:207-28.

Bénabau, R. 2000. Unequal societies: Income distribution and social contract. *American Economic Review* 90:96 – 129.

Bernhard, M., Reenock, C., NordstromORDSTROM, T. 2004. The Legacy of Western Overseas Colonialism on Democratic Survival. *International Studies Quarterly* 48:225-50.

Bertocchi, G., Canova, F. 2002. Did colonization matter for growth? An empirical exploration into the historical causes of Africa's underdevelopment. *European Economic Review* 46:1851-71.

Bueno, Eduardo. Capitães do Brasil – A saga dos primeiros colonizadores. 2.ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Capistrano de Abreu, João. Capítulos de História Colonial. Brasília: Senado Federal, 1998.

Capistrano de Abreu, João. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Editora Itatiaia Limitada e Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

Easterly, W., and Rebelo, S. 1993. Fiscal policy and economic growth : An empirical investigation. *Journal of Monetary Economics* 32:417-58.

Figini, P. 1998. Inequality and growth revisited. Dublin, Ireland : Trinity College Press.

Inman, R. P. 1979. The fiscal performance of local governments: An interpretative review, in: Mieiszkowski, P. and Straszhein, M. eds, *Current issues in Urban Economics*, Jonhs Hopkins,
270-321.

Lange, M. Mahoney, J. Hau, M. 2006. Colonialism and Development: A Comparative Analysis of Spanish and British Colonies. *American Journal of Sociology*, Volume 111, Number 5: 1412-62.

Lindert, P.H. 1996. What limits social spending? *Explorations in Economic History* 33:1-34.

Meltzer, A. and Richard, S. 1981. A rational theory of the size of the government, *Journal of Political Economy*, 89, 914-927.

Menezes-Filho, N, Marcondes, R., Pazello, E. e Scorzafave, L. (2006). Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. Anais da Anpec 2006.

Milanovic, B. 2000. Do more unequal countries redistribute more? Does the median voter hypothesis hold? *European Journal of Public Economics* 68:421-52.

Naritomi, J., Soares, R. e Assunção, J. (2007) Rent Seeking and Unveiling of 'De Facto' Institutions: Development and Colonial Heritage within Brazil. Mimeo.

Nissim, B. 2007, Economic growth and its effect on income distribution, Journal of Economic Studies, 34:42-58.

Paim, Antonio. Momentos Decisivos da História do Brasil. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

Peltzman, S. 1980. The growth of government, *Journal of Law and Economics*, 19, 211-240.

Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500 – 1820*. 1937. Companhia Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife.

Tanninen, H. 1999. Income inequality, government expenditures, and growth. *Applied Economics* 31:1109-17.

Seção 5.1	TABELA 1: Gini Terra				TABELA 2: Persistência Política			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	-0,034	3,20 ***	3,058 ***	3,03 ***	-0,131 **	-2,014 ***	-2,348 ***	-2,380 ***
	(0,08)	(0,71)	(0,74)	(0,77)	(0,06)	(0,59)	(0,62)	(0,64)
Indice_CH_Dist		-0,043 ***	-0,042 ***	-0,041 ***		0,025 ***	0,030 ***	0,030 ***
		(0,01)	(0,01)	(0,01)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			0,014	0,132			0,026	0,164
			(0,02)	(0,29)			(0,02)	(0,25)
Ciclo_Ouro			0,008	-0,398			-0,005	-0,034
			(0,02)	(0,25)			(0,02)	(0,21)
Ciclo_Cana_Dist				-1,676				-1,980
				(4,28)				(3,56)
Ciclo_Ouro_Dist				5,304				0,381
				(3,26)				(2,71)
Proporção PEA Urbana	0,068 ***	0,067 ***	0,067 ***	0,067 ***	-0,019 ***	-0,017 **	-0,017 **	-0,017 **
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Anos de Estudo da População	-48,10 ***	-49,50 ***	-49,42 ***	-49,41 ***	76,80 ***	77,62 ***	77,51 ***	77,52 ***
	(3,45)	(3,46)	(3,46)	(3,46)	(2,87)	(2,88)	(2,88)	(2,88)
Ano de fundação	-0,006	-0,002	-0,017	-0,001	0,011	0,009	0,010	0,010
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)
Distância em relação a Portugal	-1,765 ***	-1,380 ***	-1,44 ***	-1,430 ***	-1,92 ***	-2,14 ***	-2,19 ***	-2,19 ***
	(0,53)	(0,53)	(0,53)	(0,53)	(0,44)	(0,44)	(0,44)	(0,44)
Quantidade de chuva	-0,080	-0,069	-0,150	0,170	-0,728	-0,735	-0,773	-0,796
	(0,66)	(0,66)	(0,66)	(0,66)	(0,55)	(0,55)	(0,55)	(0,01)
Tipo de solo (12 controles)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Altitude	-0,012	-0,010	-0,009	-0,010	-0,006	-0,007	-0,006	-0,006
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Temperatura média	4,056 ***	3,567 ***	3,576 ***	3,583 ***	-1,49 **	-1,21 *	-1,17 *	-0,115
	(0,85)	(0,86)	(0,86)	(0,86)	(0,71)	(0,71)	(0,71)	(0,07)
Dummy Norte	0,018	0,025 **	0,025 **	0,025 **	0,014	0,010	0,010	0,009
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Centro-Oeste	0,061 ***	0,066 ***	0,065 ***	0,065 ***	0,008	0,005	0,004	0,004
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Nordeste	0,101 ***	0,100 ***	0,099 ***	0,100 ***	-0,001	-0,001	-0,001	-0,001
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Sudeste	0,039 ***	0,049 ***	0,047 ***	0,048 ***	-0,003	-0,008	-0,009	-0,009
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				3935			
R-sq	0,336	0,3395	0,3393	0,3397	0,1955	0,1976	0,1981	0,1981

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.1	TABELA 3: Índice de Governança				TABELA 4: Acesso À Justiça			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	-0,042	-1,687	-2,873	-3,055	-0,0236	0,6444	0,552	0,517
	(0,19)	(1,74)	(1,83)	(1,89)	(0,08)	(0,72)	(0,75)	(0,78)
Indice_CH_Dist		0,022	0,036	0,038		-0,009	-0,008	-0,007
		(0,02)	(0,02)	(0,02)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			0,115 **	0,369			0,006	0,051
			(0,05)	(0,73)			(0,02)	(0,30)
Ciclo_Ouro			-0,003	0,104			-0,036 *	-0,025
			(0,05)	(0,61)			(0,02)	(0,25)
Ciclo_Cana_Dist				-0,004				-0,007
				(0,01)				(0,04)
Ciclo_Ouro_Dist				-0,001				-0,002
				(0,01)				(0,03)
Proporção PEA Urbana	-0,158 ***	-0,157 ***	-0,156 ***	-0,156 ***	-0,011	-0,015	-0,011	-0,011
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Anos de Estudo da População	0,539 ***	0,540 ***	0,539 ***	0,540 ***	109,84 ***	109,55 ***	109,38 ***	109,395 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(3,47)	(3,49)	(3,49)	(3,50)
Ano de fundação	-0,055	0,052	0,006	0,006	0,002	0,003	0,003	0,003
	(0,05)	(0,05)	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)
Distância em relação a Portugal	-2,21 *	-2,41 *	-0,026 *	-0,026 **	-0,258	-0,002	-0,002	-0,002
	(1,28)	(1,30)	(0,01)	(0,01)	(0,53)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Quantidade de chuva	-1,55	-1,56	-0,017	-0,016	-0,019 **	-0,019 ***	-0,019 ***	-0,019 ***
	(1,61)	(1,61)	(0,02)	(0,02)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Tipo de solo (12 controles)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Altitude	-0,028	-0,029	-0,026	-0,026	-0,030 ***	-0,030 ***	-0,030 ***	-0,030 ***
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Temperatura média	-0,163 ***	-0,161 ***	-0,158 ***	-0,159 ***	-3,37 ***	-3,40 ***	-3,39 ***	-3,46 ***
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,86)	(0,87)	(0,87)	(0,87)
Dummy Norte	-0,0403	-0,050	-0,046	-0,046	-0,025 **	-0,025 **	-0,024 **	-0,023 **
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Centro-Oeste	0,016	0,014	0,012	0,012	0,017 *	0,018 **	0,018 **	0,018 **
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Nordeste	-0,090 ***	-0,097 ***	-0,098 ***	-0,091 ***	-0,059 ***	-0,060 ***	-0,059 ***	-0,058 ***
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Sudeste	-0,128 ***	-0,134 ***	-0,134 ***	-0,136 ***	-0,056 ***	-0,053 ***	-0,053 ***	-0,054 ***
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				3935			
R-sq	0,6173	0,6174	0,6177	0,6177	0,3299	0,3301	0,3302	0,3302

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.1	TABELA 5: Número Total de Empresas Públicas				TABELA 6: Número de Cartórios			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	0,020	-0,921	-1,082	-1,110	-0,070	0,473	0,281	0,142
	(0,29)	(2,69)	(2,82)	(2,92)	(0,08)	(0,76)	(0,80)	(0,82)
Indice_CH_Dist		0,0126	0,014	0,015		-0,007	-0,005	-0,003
		(0,04)	(0,04)	(0,04)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			0,017	0,035			0,017	0,213
			(0,08)	(1,13)			(0,02)	(0,32)
Ciclo_Ouro			0,020	0,158			-0,020	0,045
			(0,08)	(0,95)			(0,02)	(0,27)
Ciclo_Cana_Dist				-0,258				-0,028
				(16,20)				(0,05)
Ciclo_Ouro_Dist				-0,002				-0,008
				(0,01)				(0,03)
Proporção PEA Urbana	0,015	0,016	0,016	0,016	0,024 ***	0,024 ***	0,024 ***	0,024 ***
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,04)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Anos de Estudo da População	0,078 ***	0,079 ***	0,0785685 ***	0,079 ***	31,14 ***	-30,90 ***	30,77 ***	30,79 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(3,66)	(3,68)	(3,68)	(3,68)
Ano de fundação	-0,007	-0,009	-0,008	-0,008	-0,029	-0,028	-0,027	-0,028
	(0,08)	(0,08)	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)
Distância em relação a Portugal	-1,49	-1,60	-0,002	-1,66	-0,846	-0,781	-0,802	-0,801
	(1,98)	(2,01)	(0,02)	(2,10)	(0,56)	(0,57)	(0,57)	(0,01)
Quantidade de chuva	-0,887	-0,891	-0,917	-0,009	-0,022 ***	-2,15 ***	-2,17 ***	-2,20 ***
	(2,49)	(2,49)	(2,51)	(0,03)	(0,01)	(0,70)	(0,71)	(0,71)
Tipo de solo (12 controles)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Altitude	0,0182	0,0177	0,018	0,018	-0,021 ***	-0,021 ***	-0,0204 ***	-0,021 ***
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Temperatura média	0,038	0,00398	0,040	0,040	-0,069 ***	-0,070 ***	-0,070 ***	-0,070 ***
	(0,03)	(0,00)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Norte	-0,091	-0,0748 *	-0,075 *	-0,075 *	-0,013	-0,011	-0,012	-0,012
	(0,05)	(0,04)	(0,04)	(0,05)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Centro-Oeste	-0,063 *	-0,0645 *	-0,065 *	-0,065 *	0,012	0,013	0,013	0,013
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Nordeste	-0,089 *	-0,0888 *	-0,090 *	-0,090 *	-0,041 ***	-0,047 ***	-0,047 ***	-0,047 ***
	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Sudeste	-0,056 **	-0,0587 **	-0,059 **	-0,059 **	-0,008	-0,006	-0,007	-0,007
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				3935			
R-sq	0,0165	0,0165	0,0165	0,0166	0,0932	0,0933	0,0934	0,0935

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.1	TABELA 7: Número de Agências Bancárias Públicas				TABELA 8: Gini Renda			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	0,211 *	2,99 ***	1,360	1,377	0,217 ***	0,773 **	0,833 **	0,882 **
	(0,12)	(1,08)	(1,13)	(1,17)	(0,04)	(0,33)	(0,34)	(0,35)
Indice_CH_Dist		-0,037 ***	-0,018	-0,018		-7,420 *	-8,151 *	-8,814 *
		(0,01)	(0,01)	(0,02)		(4,35)	(4,52)	(4,68)
Ciclo_Cana			0,154 ***	0,135			-0,004	-0,068
			(0,03)	(0,45)			(0,01)	(0,14)
Ciclo_Ouro			-0,036	-0,071			0,007	-0,049
			(0,03)	(0,38)			(0,01)	(0,11)
Ciclo_Cana_Dist				0,272				0,917
				(6,44)				(1,95)
Ciclo_Ouro_Dist				0,005				0,742
				(0,05)				(1,48)
Proporção PEA Urbana	0,016	-0,014	-0,015	-0,015	-27,90 ***	-28,2182 ***	-28,42 ***	-28,45 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(3,92)	(3,93)	(3,93)	(3,94)
Anos de Estudo da População	5,119	0,004	0,0029986	0,003	-26,91 ***	-27,15 ***	-27,11 ***	-27,12 ***
	(5,20)	(0,01)	(5,21)	(0,01)	(1,58)	(1,60)	(1,59)	(1,59)
Ano de fundação	-0,022	-0,018	-0,009	-0,009	-0,007 ***	-0,006	-0,006	-0,006
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Distância em relação a Portugal	-1,25	-0,092	-0,011	-0,011	-0,355	-0,029	-0,294	-0,294
	(0,79)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,24)	(0,24)	(0,25)	(0,25)
Quantidade de chuva	-0,499	-0,005	-0,008	-0,007	-1,474 ***	-1,472 ***	-1,472 ***	-1,462 ***
	(1,00)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,30)	(0,30)	(0,30)	(0,30)
Tipo de solo (12 controles)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Altitude	-0,061 ***	-0,059 ***	-0,055 ***	-0,055 ***	0,111 ***	0,114 ***	0,113 ***	0,113 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)
Temperatura média	-0,197 ***	-0,201 ***	-0,199 ***	-0,199 ***	1,380 ***	1,290 ***	1,289 ***	1,280 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,39)	(0,39)	(0,39)	(0,39)
Dummy Norte	0,074 ***	0,092 ***	0,078 ***	0,078 ***	0,068 ***	68,118 ***	0,069 ***	0,069 ***
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,01)	(5,52)	(0,01)	(0,01)
Dummy Centro-Oeste	0,078 ***	0,085 ***	0,080 ***	0,080 ***	29,94 ***	30,890 ***	30,820 ***	30,890 ***
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(4,04)	(4,07)	(4,09)	(4,09)
Dummy Nordeste	0,052 ***	0,065 ***	0,052 ***	0,052 ***	2,805	-0,003	-0,002	-0,002
	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(0,02)	(5,84)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Dummy Sudeste	0,008	0,018	0,015	0,015	-7,517 **	-5,911 *	-5,918 ***	-5,803 *
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(3,11)	(3,28)	(3,26)	(3,26)
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				3935			
R-sq	0,0633	0,0649	0,0708	0,0708	0,2472	0,2478	0,2478	0,2479

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.1	TABELA 9: PIB				TABELA 10: Gastos			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	0,172 ***	5,21	1,396	3,159	-0,446	-11,023 ***	-14,410 ***	-15,306 ***
	(0,34)	(3,18)	(3,32)	(3,43)	(0,31)	(2,86)	(2,99)	(3,09)
Indice_CH_Dist		-0,047	-0,001	-0,025		0,141 ***	0,182 ***	0,194 ***
		(0,04)	(0,04)	(0,04)		(0,04)	(0,04)	(0,04)
Ciclo_Cana			0,363 ***	-2,37 *			0,297 ***	0,597
			(0,09)	(1,33)			(0,08)	(1,19)
Ciclo_Ouro			-0,133	-0,351			-0,348 ***	5,452 ***
			(0,10)	(1,11)			(0,09)	(0,99)
Ciclo_Cana_Dist				0,039 **				-0,004
				(0,02)				(0,02)
Ciclo_Ouro_Dist				0,006				-0,075 ***
				(0,01)				(0,01)
Proporção PEA Urbana	0,809 ***	0,807 ***	0,808 ***	0,809 ***	0,147 ***	0,153 ***	0,153 ***	0,158 ***
	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)
Anos de Estudo da População	120 ***	118,69 ***	116,32 ***	116,18 ***	470,67 ***	475,26 ***	472,71 ***	472,75 ***
	(15,34)	(15,40)	(15,38)	(15,37)	(13,85)	(13,88)	(13,85)	(13,79)
Ano de fundação	-0,1073	-0,102	-0,080	0,077	-0,0223	-0,037	-0,019	-0,027
	(0,09)	(0,09)	(0,09)	(0,09)	(0,08)	(0,08)	(0,08)	(0,08)
Distância em relação a Portugal	32,76 ***	33,177 ***	32,551 ***	32,517 ***	17,33 ***	16,064 ***	58,800 ***	15,751 ***
	(2,34)	(2,37)	(2,37)	(2,37)	(2,11)	(2,13)	(2,13)	(2,13)
Quantidade de chuva	12,6152 **	12,627 **	12,063 ***	12,509 ***	2,4213	2,386	2,022	1,993
	(2,94)	(2,94)	(2,94)	(2,95)	(2,66)	(2,65)	(2,65)	(2,65)
Tipo de solo (12 controles)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Altitude	-0,182 ***	-0,180 ***	-0,172 ***	-0,169 ***	-0,137 ***	-0,1426 ***	-0,136 ***	-0,136 ***
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)
Temperatura média	-11,285 ***	-11,814	-11,320	-11,680	-2,374	-0,772	0,422	-2,574
	(3,78)	(3,81)	(3,80)	(3,80)	(3,41)	(3,43)	(3,42)	(3,40)
Dummy Norte	-0,569 ***	-0,561 ***	-0,567 ***	-0,566 ***	-0,124	-0,147 *	-0,149 ***	-0,153 ***
	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)
Dummy Centro-Oeste	-0,178 ***	-0,172 ***	-0,176 ***	-0,175 ***	0,1266869 ***	0,109 ***	0,107 ***	0,105 ***
	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)	(0,04)
Dummy Nordeste	-0,353 ***	-0,353	-0,004 ***	-0,356 ***	0,1072145 **	0,108 **	0,167 **	0,109 **
	(0,06)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)	(0,05)
Dummy Sudeste	-0,004	0,006	0,001	0,004	0,2479982 ***	0,217 ***	0,216 ***	0,212 ***
	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				3935			
R-sq	0,5584	0,5586	0,561	0,5615	0,3975	0,3996	0,4037	0,4088

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.2	TABELA 11: Gini Terra				TABELA 12: Persistência Política			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	0,198 ***	1,994 ***	2,01 ***	1,968 ***	-0,0771	-1,868 ***	-2,095 ***	-2,177 ***
	(0,08)	(0,70)	(0,74)	(0,77)	(0,07)	(0,57)	(0,59)	(0,62)
Indice_CH_Dist		-0,024 ***	-0,025 **	-0,024 **		0,024 ***	0,027 ***	0,028 ***
		(0,01)	(0,01)	(0,01)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			-0,002	0,119			0,020	0,117
			(0,02)	(0,27)			(0,02)	(0,21)
Ciclo_Ouro			-0,003	-0,236			-0,010	0,046
			(0,02)	(0,31)			(0,02)	(0,25)
Ciclo_Cana_Dist				-1,747				-0,014
				(3,80)				(0,03)
Ciclo_Ouro_Dist				3,113				-0,008
				(4,13)				(0,03)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916		1915		1916		1915	
R-sq	0,3398	0,3421	0.3416	0,3418	0,2904	0,2942	0,2948	0,2949

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.2	TABELA 13: Índice de Governança				TABELA 14: Acesso À Justiça			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	-0,442 **	0,725	-0,685	-0,819	-0,0229	-1,732 **	-1,892 **	-1,979 **
	(0,19)	(1,58)	(1,65)	(1,71)	(0,08)	(0,71)	(0,75)	(0,77)
Indice_CH_Dist		-0,016	0,365	0,002		0,023 **	0,025 **	0,026 **
		(0,02)	(22,10)	(0,02)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			0,123 ***	0,392			0,013	0,180
			(0,04)	(0,59)			(0,02)	(0,27)
Ciclo_Ouro			-0,003	-0,326			-0,024	-0,201
			(0,05)	(0,69)			(0,02)	(0,31)
Ciclo_Cana_Dist				-0,004				-0,024
				(0,01)				(0,04)
Ciclo_Ouro_Dist				0,004				0,024
				(0,01)				(0,04)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916		1915		1916		1915	
R-sq	0,5598	0,56	0,5616	0,5617	0,1661	0,1687	0,1694	0,1697

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.2	TABELA 15: Número Total de Empresas Públicas				TABELA 16: Número de Cartórios			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	-0,1305	1,030	0,936	1,093	0,020	-0,603	-0,844	-0,977
	(0,09)	(0,77)	(0,80)	(0,83)	(0,09)	(0,76)	(0,80)	(0,83)
Indice_CH_Dist		-0,016	-0,015	-0,016		0,008	0,011	0,013
		(0,01)	(0,01)	(0,01)		(0,01)	(0,01)	(0,01)
Ciclo_Cana			0,009	-0,208			0,021	0,180
			(0,02)	(0,29)			(0,02)	(0,29)
Ciclo_Ouro			0,017	0,020			-0,019	0,073
			(0,02)	(0,34)			(0,02)	(0,33)
Ciclo_Cana_Dist				0,031				-0,002
				(0,04)				(0,04)
Ciclo_Ouro_Dist				-0,040				-1,230
				(4,48)				(4,45)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916		1915		1916		1915	
R-sq	0,0876	0,0887	0,089	0,0893	0,163	0,1633	0,1639	0,1641

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.2	TABELA 17: Número de Agências Bancárias Públicas				TABELA 18: Gini Renda			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	0,534 *	1,947	0,041	0,133	0,26 ***	0,631 *	0,810 **	0,727 *
	(0,19)	(1,62)	(1,69)	(1,75)	(0,04)	(0,36)	(0,37)	(0,39)
Indice_CH_Dist		-0,0193	0,003	0,002		5,034	-7,1194	-5,969
		(0,02)	(0,02)	(0,02)		(4,81)	(4,99)	(5,18)
Ciclo_Cana			0,166 ***	0,042			-0,01533	0,099
			(0,05)	(0,61)			(0,01)	(0,13)
Ciclo_Ouro			-0,0338	-0,043			0,007	0,010
			(0,05)	(0,71)			(0,01)	(0,16)
Ciclo_Cana_Dist				0,002				-0,002
				(0,01)				(0,00)
Ciclo_Ouro_Dist				0,123				0,042
				(9,42)				(2,07)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916		1915		1916		1915	
R-sq	0,0963	0,0966	0,1032	0,1032	0,2027	0,2031	0,2043	0,2046

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.2	TABELA 19: PIB				TABELA 20: Gastos			
	A	B	C	D	A	B	C	D
Indice_CH	2,22 ***	-1,74	-4,67	-3,06	0,127	-17,890 ***	-20,411 ***	-20,782 ***
	(0,43)	(3,64)	(3,82)	(3,96)	(0,36)	(3,05)	(3,19)	(3,31)
Indice_CH_Dist		0,054	0,0880015 *	0,066		0,246 ***	0,275 ***	0,280 ***
		(0,05)	(0,05)	(0,05)		(0,04)	(0,04)	(0,04)
Ciclo_Cana			0,248 **	-2,08 ***			0,218 **	0,684
			(0,10)	(1,36)			(0,09)	(1,14)
Ciclo_Ouro			-0,077	0,395			-0,021	0,149
			(0,11)	(1,59)			(0,09)	(1,33)
Ciclo_Cana_Dist				0,033 *				-0,007
				(0,02)				(0,02)
Ciclo_Ouro_Dist				-0,006				-0,002
				(0,02)				(0,02)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916		1915		1916		1915	
R-sq	0,55	0,5503	0,552	0,5527	0,3503	0,3621	0,3642	0,3643

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.3	TABELA 21: Gini Terra		TABELA 22: Persistência Política		TABELA 23: Índice de Governança		TABELA 24: Acesso À Justiça	
	A	B	A	B	A	B	A	B
Indice_CHP	0,261	0,124 ***	-0,001 ***	-0,033	-0,237	-0,125 *	0,017	0,055 *
	(0,27)	(0,03)	(0,02)	(0,03)	(0,66)	(0,07)	(0,27)	(0,03)
Indice_CHP_Dist		-0,170 ***		0,037		0,018 *		-0,078 *
		(0,04)		(0,04)		(0,01)		(0,04)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935		3935		3935		3935	
R-sq	0,3362	0,3389	0,197	0,1972	0,6173	0,6176	0,3299	0,3305

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 5.3	TABELA 25: Número Total de Empresas Públicas		TABELA 26: Número de Cartórios		TABELA 27: Número de Agências Bancárias Públicas	
	A	B	A	B	A	B
Indice_CHP	-0,24	-0,004	-0,014	-0,090	0,168 ***	-0,036
	(0,01)	(0,01)	(0,03)	(0,03)	(0,04)	(0,05)
Indice_CHP_Dist		0,006		0,011		0,008
		(0,02)		(0,05)		(0,01)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935		3935		3935	
R-sq	0,0165	0,0165	0,093	0,0931	0,0666	0,0669
Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.						

Seção 5.3	TABELA 28: Gini Renda		TABELA 29: PIB		TABELA 30: Gastos	
	A	B	A	B	A	B
Indice_CHP	0,070 ***	-0,032 **	0,004 ***	0,045 ***	-0,00487 ***	-0,361
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(12,70)
Indice_CHP_Dist		0,056 ***		-0,058 ***		-0,001
		(0,02)		(0,02)		(0,02)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935		3935		3935	
R-sq	0,2462	0,2477	0,5571	0,5581	0,4002	0,4003
Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.						

Seção 6.1 - Robustez Dummies Estaduais	TABELA 31: Gini Terra	TABELA 32: Persistência Política	TABELA 33: Índice de Governança	TABELA 34: Acesso À Justiça	TABELA 35: Número Total de Empresas Públicas
Indice_CH	3,645 ***	-2,068 ***	0,344	0,033	-0,579
	(0,70)	(0,61)	(1,78)	(0,72)	(2,79)
Indice_CH_Dist	-0,048 ***	0,026 ***	-0,005	0,001	0,008
	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,01)	(0,04)
Dummies Estaduais	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				
R-sq	0,4135	0,2107	0,6301	0,3845	0,0188

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 6.1 - Robustez Dummies Estaduais	TABELA 36: Número de Cartórios	TABELA 37: Número de Agências Bancárias Públicas	TABELA 38: Gini Renda	TABELA 39: PIB	TABELA 40: Gastos
Indice_CH	0,557	3,242 ***	0,947 ***	2,149	-14,317 ***
	(0,76)	(1,09)	(0,33)	(3,06)	(2,85)
Indice_CH_Dist	-0,007	-0,039 ***	-9,737 **	-0,009	0,186 ***
	(0,01)	(0,01)	(4,40)	(0,04)	(0,04)
Dummies Estaduais	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	3935				
R-sq	0,1494	0,1141	0,2871	0,6219	0,4491

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 6.2 - Robustez População Municipal	TABELA 41: Gini Terra	TABELA 42: Persistência Política	TABELA 43: Índice de Governança	TABELA 44: Acesso À Justiça	TABELA 45: Número Total de Empresas Públicas
Indice_CH	0,928	-1,829 ***	0,592	-1,9774 ***	1,060
	(0,70)	(0,57)	(1,60)	(0,72)	(0,78)
Indice_CH_Dist	-0,008	0,024 ***	0,014	0,027 ***	-0,016
	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,01)	(0,01)
População Municipal	-0,069 ***	0,002	-0,009	-0,0158 **	0,002
	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,01)	(0,01)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916				
R-sq	0,369	0,2942	0,56	0,1704	0,0887

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 6.2 - Robustez População Municipal	TABELA 46: Número de Cartórios	TABELA 47: Número de Agências Bancárias Públicas	TABELA 48: Gini Renda	TABELA 49: PIB	TABELA 50: Gastos
Indice_CH	-0,841	1,762	0,736 **	-0,96355	-17,33 ***
	(0,77)	(1,64)	(0,36)	(3,70)	(3,09)
Indice_CH_Dist	0,012	-0,0164	-6,658	0,042	0,237 ***
	(0,01)	(0,02)	(4,90)	(0,05)	(0,04)
População Municipal	-0,015 *	-0,0119	6,73 *	0,05	0,037
	(0,01)	0,02	(3,91)	(0,04)	(0,03)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916				
R-sq	0,1648	0,0968	0,2044	0,5507	0,3625

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 6.3 - Robustez Área Municipal	TABELA 51: Gini Terra	TABELA 52: Persistência Política	TABELA 53: Índice de Governança	TABELA 54: Acesso À Justiça	TABELA 55: Número Total de Empresas Públicas
Indice_CH	1,738 **	-1,8738 ***	0,649	-1,690 **	0,998
	(0,70)	(0,57)	(1,58)	(0,71)	(0,77)
Indice_CH_Dist	-0,02176 **	0,025 ***	-0,015	0,023 **	-0,016
	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,01)	(0,01)
Área Municipal	12,3 ***	0,283	3,66	-2,04	1,59
	(1,80)	(1,46)	(4,07)	(1,83)	(1,97)
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916				
R-sq	0,3579	0,2942	0,5601	0,1692	0,089

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Seção 6.3 - Robustez Área Municipal	TABELA 56: Número de Cartórios	TABELA 57: Número de Agências Bancárias Públicas	TABELA 58: Gini Renda	TABELA 59: PIB	TABELA 60: Gastos
Indice_CH	-0,6905	1,8404	0,4508648	-18,98	-17,89 ***
	(0,76)	(1,62)	(0,35)	(3,65)	(3,06)
Indice_CH_Dist	0,009	-0,0181	-3,1141	0,056	0,246 ***
	(0,01)	(0,02)	(4,70)	(0,05)	(0,04)
Área Municipal	4,23 **	5,170	8,73 ***	7,72	-0,321
	(1,96)	(4,17)	(0,90)	(9,40)	7,87
Controles Socioeconômicos	sim	sim	sim	sim	sim
Controles Geográficos	sim	sim	sim	sim	sim
Dummies Regionais	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	sim	sim	sim	sim	sim
Obs	1916				
R-sq	0,1653	0,0973	0,2408	0,5505	0,3621

Obs.: * indica significância a 10%, ** significância a 5%, *** significância a 1%. Multiplicamos por 1000 alguns valores de coeficiente e DP muito pequenos.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo